



DIÁRIO da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE JUNHO DE 1983

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Manuel Alfredo Tito de Moraes

Secretários: Ex.^{mo} Srs. Leonel Sousa Fadigas

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Manuel Mala Nunes de Almela

Manuel António de Almela de Azevedo e Vasconcelos

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Procedeu-se à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição de deputados do PS, do PSD e do PCP, que foi aprovado.

O Sr. Primeiro-Ministro (Mário Soares) fez a apresentação do Programa do IX Governo Constitucional e respondeu a perguntas formuladas pelos Srs. Deputados António Gonzalez (Indep.), Vilhena de Carvalho (ASDI), César Oliveira Hasse Ferreira e Lopes Cardoso (UEDS), José Tengarrinha (MDP/CDE), Lucas Pires (CDS), Carlos Carvalhas (PCP), Cardoso Ferreira (PSD), Manuel Alegre e José Luís Nunes (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 21 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
Acácio Manuel Frias Barreiro.
Alberto Manuel Avelino.
Amadeu Augusto Pires.
Américo Albino da Silva Salteiro.
António Cândido Miranda Macedo.
António da Costa.
António Domingues de Azevedo.
António Frederico Vieira de Moura.
António Jorge D. Rebelo de Sousa.
Avelino F. Martins Rodrigues.

Beatriz Almeida Cal Brandão.
Carlos Augusto Coelho Pires.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Luís Filipe Luís Gracias.
Dinis Manuel Pedro Alves.
Edmundo Pedro.
Eurico Faustino Correia.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Fradinho Lopes.
Francisco Augusto Sá M. Rodrigues.
Francisco Igrejas Caeiro.
Francisco Lima Monteiro.
Francisco Manuel Marcelo M. Curto.
Frederico Augusto F. Handel de Oliveira.
Gaspar Miranda Teixeira.
Gil da Conceição Palmeiro Romão.
Henrique Aureliano Vieira Gomes.
Hermínio Martins de Oliveira.
João de Almeida Eliseu.
João Eduardo C. Ferraz de Abreu.
João Gama Guerra.
João Joaquim Gomes.
João Luís Duarte Fernandes.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Alberto Santos Correia.
Jorge Lacão da Costa.
Jorge Manuel A. F. Miranda.
José Augusto Filhol Guimarães.
José Barbosa Mota.
José da Cunha e Sá.
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Nunes Ambrósio.

José Maria Roque Lino.
 José Martins Pires.
 José Narciso Rodrigues Miranda.
 José dos Reis Borges.
 José dos Santos Gonçalves Frazão.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Filipe Pessoa S. Loureiro.
 Manuel Joaquim Rodrigues Masseno.
 Manuel Laranjeira Vaz.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Maria de Jesus Barroso Soares.
 Maria Luísa Modas Daniel.
 Maria Margarida Ferreira Marques.
 Maria Ângela Duarte Correia.
 Mário Augusto Sotto Mayor L. Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Nelson Pereira Ramos.
 Paulo Manuel de Barros Barral.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Rui Joaquim Cabral Raposo das Neves.
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Hugo Jesus Sequeira.
 Victor Manuel Caio Roque.
 Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa.

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Gaspar Rodrigues.
 Abílio Mesquita Araújo Guedes.
 Adérrito Manuel Soares Campos.
 Afonso Sousa Freire Moura Guedes.
 Agostinho Correia Branquinho.
 Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.
 António Augusto Lacerda Queiroz.
 António Nascimento Machado Lourenço.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 Arménio dos Santos.
 Carlos Miguel Almeida Coelho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Francisco Antunes da Silva.
 Gaspar de Castro Pacheco.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Luís Malato Correia.
 João M. Ferreira Teixeira.
 Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Valério do Couto.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Bento Gonçalves.

José Mário de Lemos Damião.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Maria Margarida Salema Moura Ribeiro.
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rogério da Conceição Serafim Martins.
 Rui Manuel de Oliveira Costa.
 Victor Pereira Crespo.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Guilherme Branco Gonzalez.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António Manuel dos Santos Murteira.
 António da Silva Mota.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto da Costa Espadinha.
 Carlos Alberto Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João Alberto Ribeiro Rodrigues.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Batista Mestre Soeiro.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Manuel Correia Lopes.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Margarida do C. Campos Costa.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete de Jesus Filipe.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Raimundo do Céu Cabral.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Alfredo Albano de Castro de A. Soares.
 António Gomes de Pinho.
 António J. de Castro Bagão Félix.
 Armando Domingos Lima R. de Almeida.
 Basílio Adolfo de M. Horta da França.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.

Henrique Manuel Soares Cruz.
 Henrique Paulo das Neves Soudo.
 João António de Moraes Silva Leitão.
 João Carlos Dias M. C. de Lencastre.
 João Gomes de Abreu Lima.
 José Luís Cruz Vilaça.
 José Luís Nogueira de Brito.
 José Miguel Anacoreta Correia.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Manuel António de Almeida A. Vasconcelos.
 Narana Sinai Coissoró.
 Tomás Rebelo Espírito Santo.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

Artur Augusto Sá da Costa.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Manuel do Carmo Tengarrinha.

Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António César Gouveia de Oliveira.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.

Agrupamento Parlamentar da Acção Social Democrata Independente (ASDI):

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.
 José António Furtado Fernandes.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

Tomaram lugar na respectiva bancada o Sr. Primeiro-Ministro (Mário Soares) e outros Membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, conforme é do conhecimento da Câmara, esta sessão destina-se, segundo a ordem do dia acordada entre os grupos parlamentares, à apresentação do Programa do Governo.

Antes de entrarmos na nossa ordem do dia, o Sr. Secretário Maia Nunes de Almeida vai ler um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (Maia Nunes de Almeida): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 20 de Junho de 1983, pelas 15 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitadas pelo Partido Socialista:

Alfredo José Somera Simões Barroso (círculo eleitoral de Lisboa) por Edmundo Pedro [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];
 António Manuel Chambica de Azevedo Gomes (círculo eleitoral de Lisboa) por José

António Borja Santos dos Reis Borges [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

Helena de Melo Torres Marques (círculo eleitoral de Lisboa) por Acácio Manuel de Frias Barreiros [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

Maria Helena Nazareth Santos Valente Rosa (círculo eleitoral de Lisboa) por Carlos Justino Luís Cordeiro [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

Francisco Soares Mesquita Machado (círculo eleitoral de Braga) por Joel Maria da Silva Ferro [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

António Carlos Ribeiro de Campos (círculo eleitoral de Coimbra) por Maria Ângela Duarte Carvalheiro Pinto Correia [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

Júlio Francisco Miranda Calha (círculo eleitoral de Portalegre) por João do Nascimento Gama Guerra [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

Fernando Manuel dos Santos Gomes (círculo eleitoral do Porto) por Jorge Manuel Apátricio de Ferreira Miranda [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

Armando dos Santos Lopes (círculo eleitoral de Viseu) por Nelson Pereira Ramos [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

2) Solicitadas pelo Partido Social-Democrata:

Pedro Miguel de Santana Lopes (círculo eleitoral de Lisboa) por Vasco Francisco Aguiar Miguel (esta substituição é pedida por um período não superior a 6 meses, a partir do próximo dia 24 de Junho corrente, inclusive);

José Luís Figueiredo Lopes (círculo eleitoral da Europa) por Júlio da Cunha Antunes [esta substituição é pedida para o próximo dia 24 de Junho corrente];

Alberto Augusto Faria dos Santos (círculo eleitoral de Aveiro) por Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do próximo dia 24 de Junho corrente, inclusive];

Maria Leonor Beleza de Mendonça Tavares (círculo eleitoral de Lisboa) por António do Nascimento Machado Lourenço [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

Alípio Barrosa Pereira Dias (círculo eleitoral do Porto) por António Augusto Lacerda de Queiroz [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

Rui Alberto Barradas do Amaral (círculo eleitoral do Porto) por Joaquim dos Santos Pereira da Costa [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira (círculo eleitoral de Fora da Europa) por Fernando José Alves de Figueiredo [esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a partir do passado dia 19 de Junho corrente, inclusive];

3) Solicitada pelo Partido Comunista Português:

Octávio Floriano Pato (círculo eleitoral de Lisboa) por José Manuel Santos de Magalhães (esta substituição é pedida por um período não superior a um mês).

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes.

A Comissão: Mário Cal Brandão (PS) — Carlos Cardoso Lage (PS) — José Manuel Niza Antunes Mendes (PS) — Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Adérito Manuel Soares Campos (PSD) — José Manuel Maia Nunes de

Almeida (PCP) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — Armando Domingos L. Ribeiro de Oliveira (CDS) — Manuel António de A. de Azevedo e Vasconcelos (CDS) — João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo inscrições passamos agora à votação do presente relatório e parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Para proceder à apresentação do Programa do Governo, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Sr. Primeiro-Ministro (Mário Soares): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos termos do artigo 195.º da Constituição submeto à apreciação da Assembleia da República o Programa do IX Governo Constitucional, a que tenho a honra de presidir.

Como se sabe, em virtude da revisão constitucional de 1982, foi sensivelmente aligeirado o processo de apresentação e de discussão do Programa de Governo. Por imperativo da Constituição revista, importa agora tão só indicar «as principais orientações políticas e medidas a adoptar ou a propor nos diversos domínios da actividade governamental». Foi esse o critério seguido, procurando distinguir, sempre que possível, entre medidas imediatas, ou de curíssimo prazo, e medidas a médio ou mesmo a mais longo prazo. Contudo, apesar do esforço de síntese pedido à equipa ministerial, o Programa do IX Governo, mesmo aligeirado, consta de um texto de cerca de 250 páginas datilografadas que se distribui por 5 grandes capítulos. A saber:

1 — Construção do estado democrático (o qual inclui, além de uma introdução sobre os grandes objectivos genéricos do Governo, a defesa nacional, a administração interna e segurança, a política externa, a justiça, a modernização administrativa, a comunicação social e a investigação científica e tecnológica).

2 — Políticas de solidariedade social, versando particularmente a problemática da juventude, a posição e o papel da mulher, a terceira idade, a política de reabilitação e o fomento cooperativo.

3 — Estabilização financeira e desenvolvimento económico, onde se distingue, fundamentalmente: um programa de gestão conjuntural de emergência (previsto para 18 meses) que dará prioridade à gestão da vertente externa da economia; um programa de recuperação financeira e económica (de 2 a 3 anos de duração), que visa criar condições sadias para o investimento, estimular a produção, em função das reais capacidades da economia, gerar poupanças e fomentar uma actividade empresarial activa e dinâmica; e, finalmente, um programa de modernização da economia portuguesa (de 4 anos), que terá obviamente em conta a adesão de Portugal à CEE como elemento prioritário e presente em todos os aspectos sectoriais relevantes. São programas que não são necessariamente sucessivos no tempo. Na medida do possível, arrancão, sem perda de tempo, dando, pela força das circunstâncias, a primeira prioridade ao programa de gestão conjuntural de emergência.

4 — O sector produtivo, com destaque para a agricultura, florestas e alimentação; para a temática das pescas e do mar; para a política de indústria e energia; para o comércio e turismo, e para a política de equipamento social (habitação e planeamento urbano, obras públicas, transportes e comunicações).

5 — Sector social e cultural, que se ocupa do trabalho e segurança social; da política de saúde; da política de educação; da cultura; do ordenamento do território, do ambiente, e dos desportos.

Trata-se de um programa voltado essencialmente para o futuro e onde se dá por conhecido o diagnóstico da situação presente, a que tive ocasião de me referir, com algum detalhe, no discurso de posse do Governo, que aqui dou por reproduzido. É um programa que se pretende realista, marcado pelos condicionalismos financeiros da conjuntura, mas a que não faltam uma intenção clara de mudança e uma aspiração inovadora. Um programa que promete pouco, porque o Governo tem a consciência de que o País está à espera de actos muito mais do que de palavras. Mas que tem a coragem de não iludir problemas essenciais, que se têm vindo a arrastar, sem solução, e que são agora tratados de frente, tais como: a questão do congelamento das rendas; a abertura à iniciativa privada de certos sectores como a banca e os seguros, mediante a proposta de uma nova lei de limitação; o plano energético e a opção nuclear — em relação à qual se defende a realização de um amplo e prévio debate público; a promessa de conclusão, em tempo útil, das negociações para a integração europeia; e decisões que se garante serão tomadas, em prazo razoável, quanto a grandes projectos nacionais sempre adiados, como: o exemplo de Sines, o projecto siderúrgico, incluindo as minas de ferro de Moncorvo, o projecto hidro-agrícola do Alqueva, as pirites do Alentejo, incluindo a metalurgia do cobre, as lenhitas de Rio Maior e a metalurgia do volfrâmio.

Consciente das suas responsabilidades, o Governo empenhou-se na criação de 2 novos Ministérios — o do Mar e o da Saúde — para enfatizar a importância que atribui aos sectores em questão. Empenhou-se, sobretudo, em desenvolver a produção, reduzindo, sempre que possível, a componente relativa à importação e dispondo-se a encorajar, por todos os meios, as exportações e a reanimar o sector decisivo da construção civil. Apesar dos condicionalismos financeiros, houve a preocupação constante de introduzir contrapartidas sociais nos domínios em que são possíveis, como é o caso — entre outros — da habitação social, da saúde pública, da segurança social, e da formação profissional.

O Governo que hoje se apresenta perante a Assembleia da República baseia-se no acordo político, parlamentar e de governo estabelecido entre os dois maiores partidos políticos com assento nesta Assembleia, o PS e o PPD/PSD. Tal acordo teve por objectivo pôr fim, por forma duradoura e coerente, à crise política grave aberta no país após as eleições autárquicas e em consequências da demissão do VIII Governo. E resultou igualmente das eleições legislativas de 25 de Abril, que não conferindo maioria absoluta a nenhum dos partidos, deram claramente a entender ser essa a vontade maioritária do eleitorado. É, portanto, um Governo que se constitui com o objectivo patriótico de ultrapassar o vazio político criado, que se formou em consonância com os resultados eleitorais e que visa essencial-

mente enfrentar e resolver a crise nacional e em particular a gravíssima crise económico-financeira com que o País se debate.

Como tive ocasião de sublinhar na cerimónia de posse do Governo, Portugal atravessa um período de verdadeira emergência nacional. Encontra-se na hora da verdade. Os desequilíbrios financeiros, o volume e o ritmo do endividamento externo, exigem, a fim de evitar rupturas perigosas para a própria independência nacional, medidas imediatas de austeridade e de rigor, cujas necessidades e urgência ninguém de bom senso e com algum sentido patriótico poderá sequer contestar. Infelizmente, não há muitas maneiras de enfrentar a crise. Há uma só: agir com coragem e resolução sobre a conjuntura, travando a corrida para o abismo em que o País se encontra, e infletir decisivamente o sentido de marcha, de modo a reconstruir, em bases sólidas, e a prazo razoável, a economia nacional.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Uma tal acção implica, obviamente, rigor e austeridade, mas não uma austeridade cega. Terá de ser selectiva, por forma a não comprometer, em relação ao futuro, o necessário desenvolvimento e a não perder de vista os grandes desígnios de justiça social, inscritos na Constituição. O Governo, ao definir e aplicar as bases de uma política de austeridade, que as circunstâncias tornaram inevitável, está consciente e tomará na devida conta as condicionantes referidas. Não passará, assim, desapercebida aos Srs. Deputados a cautela com que foram redigidas as diferentes políticas sectoriais traduzida no facto das medidas anunciadas surgirem com frequência precedidas da condicionante financeira.

Embora todos reconheçam no plano teórico e conceptual a aspereza dos tempos e as dificuldades existentes, poucos parecem dispostos a aceitar as medidas duras, quando concretamente se apresentam. Há, em Portugal, uma tendência generalizada e irremediável para pensar que a crise é sempre com os outros. Ora não é assim. A crise afecta todos, embora as camadas mais desfavorecidas sejam, naturalmente, as mais atingidas. Perante uma situação que é de emergência nacional, há, portanto, que fazer partilhar os sacrifícios com equidade e sentido da justiça social e que ter a coragem de afirmar e de impôr uma política de verdadeira solidariedade nacional.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS.

Contra a premência dos interesses particulares, individuais ou de grupo, importa saber defender o interesse nacional, que num Estado Democrático e de Direito se identifica com o interesse de todos, com o interesse geral. Essa é a função e a responsabilidade do Governo.

Nos termos da Constituição, o Governo terá a legitimidade democrática para governar que lhe advirá do voto consciente desta Assembleia, que integra a representação nacional. Em função desse voto, agirá em nome do interesse colectivo, como é seu dever, sem se deixar intimidar por grupos de pressão, que já se denunciaram mesmo antes do Governo estar investido. Agirá com autoridade e firmeza, no escrupuloso respeito da legalidade democrática, apoiado na

confiança popular, expressa através do voto, e em constante diálogo com esta Assembleia da República, que aliás tem por indeclinável missão fiscalizar a acção do Governo.

Contudo, numa situação de emergência nacional, como a que Portugal atravessa, não é tão só ao Governo que cabe lutar contra a crise. Todos os portugueses e todos os corpos do Estado têm, por igual, esse mesmo dever. Estando em jogo, em sentido literal, o futuro colectivo e porventura a viabilidade das instituições democráticas, consagradas na Constituição, a opinião pública, os partidos políticos que a exprimem, no fundamental, e os parceiros sociais, que defendem interesses sectoriais específicos, terão de estar conscientes da situação e convergir, cada um na esfera da sua influência própria, na luta concertada contra as dificuldades que a todos afectam.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

É nesse sentido que se deverá falar de solidariedade nacional. O Governo julga-se, assim, no direito de apelar para o patriotismo de todos os portugueses.

Solidariedade nacional que implica, necessariamente, informação ampla e objectiva, diálogo e o consenso possível nas formas de ataque à crise. O Governo está consciente que assim é. Será dialogante. Falará sempre e tão só a linguagem da verdade. Terá um especial cuidado em informar os portugueses, não confundindo informação com propaganda, para que em cada momento a sua acção possa ser explicada, conhecida, apreciada e julgada objectivamente. Procurará manter contactos regulares com os partidos políticos da oposição, não só no quadro da Assembleia mas também por forma bilateral, por considerar que é no diálogo e no contraste de opiniões, mesmo muito diferenciadas, que os problemas se podem melhor equacionar e resolver, sem desnecessárias crispações. Na definição pontual e na execução das diferentes políticas sectoriais procurará ouvir sempre, antecipadamente, os parceiros sociais com cujo concurso conta para realizar uma política económica e social de verdadeira concertação, como é próprio das sociedades livres, pluralistas e participadas.

Cabe aqui uma explicação necessária. Da parte de representantes de alguns parceiros sociais chegou-me a notícia de que se estranharia que o Governo não houvesse contactado os parceiros sociais mesmo antes da discussão do Programa na Assembleia da República. Foi uma ideia que efectivamente tive mas que se revelou, como se comprehende, de realização difícil, dadas a prioridade conferida às diligências para a formação do Governo, a negociação do acordo político que o tornou possível e ainda o aperto dos prazos, que aliás foram normalmente respeitados, visto que o Governo tomou posse no dia imediato à eleição da Mesa desta Assembleia. Aprovadas agora as «principais orientações políticas» que constam do Programa do Governo e tomadas algumas medidas imediatas, que as circunstâncias impõem, então sim, entraremos na fase do diálogo com os parceiros sociais, que estaremos possa ser fecundo e verdadeiramente propulsor de uma política de autêntica concertação. É uma ideia força que determina o Governo.

Em democracia os conflitos de interesses dirimem-se pelo voto e mediante negociações políticas. A contração colectiva é apenas um dos aspectos, porventura

o principal, desse método democrático de concertação, que haverá ser tanto quanto possível global. Aqueles, portanto, que se recusam ao diálogo, que lhe põem entraves, antes mesmo de se iniciar, ou que criticam o empenho em favor do consenso social da parte de um Governo que, para mais, conta à partida com o apoio de uma amplíssima maioria parlamentar, é porque estão em dissonância com o sistema normal de funcionamento das democracias modernas e jogam, consciente ou inconscientemente, na desestabilização do regime, sem compreender que porventura, nessa hipótese, seriam as suas primeiras vítimas.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Governo tem razões para confiar no patriotismo e no bom senso dos trabalhadores e dos empresários portugueses. Nos momentos mais difíceis sempre se têm manifestado e evitado o pior, desde Abril de 1974. Assim, o Governo não se deixa impressionar por certos radicalismos verbais e por ataques virulentos já conhecidos e que se repetem como um ritual em que os próprios que os proferem já não acreditam, vindos dos 2 extremos do xadrez político e que no fundo apenas escondem uma grande debilidade de posições e o receio manifesto de que se institucionalize de facto o diálogo social como prática democrática normal. Essa é, com efeito, a intenção do Governo. Nela persistirá, sem se deixar desencorajar pelas dificuldade por maiores que sejam inicialmente. Porque o Governo acredita nas virtualidades do diálogo (apesar das reticências já afirmadas por um ou outro parceiro social) e na superioridade do método da concertação sobre as pressões e contra-pressões de forças minoritárias organizadas ou de rua, ditadas pelo desespero, pelo propósito de violência ou por desígnios políticos inconfessáveis.

Tratando-se — repito — de um Governo legítimo, com uma amplíssima base de apoio político, parlamentar e social, de um Governo que, resultando da coligação dos 2 principais partidos, se constitui para enfrentar a crise numa perspectiva nacional e de defesa do Estado Democrático, acha-se o Governo no direito de esperar das forças políticas e sociais, mesmo das que se lhe opõem frontalmente uma trégua social e política, por prazo julgado razoável. O País precisa de estabilidade, sem o que não haverá confiança e nenhum problema poderá ser susceptível de resolução. A permanente incerteza e indefinição e a agitação inconsequente, instalados como temos estado, desde 1974, no provisório, não servem os interesses nacionais. Nenhum governo com um horizonte de meses pode resolver seriamente o que quer que seja. Tudo se adia e se vai insensivelmente degradando. É assim que tem vindo a acontecer, com enormes prejuízos para a Nação.

É necessário que se reconheça, finalmente, que as circunstâncias políticas mudaram. Os que continuam a falar em governos de curta duração sabem bem que no actual quadro parlamentar e nos termos da Constituição não há cenários alternativos, a menos que se jogue outra vez na dissolução da Assembleia da República. Para que serviria então votar? Ora, a verdade é que o povo votou. O País escolheu livremente, pondo termo a uma crise política prolongada. O voto popular tem pois que ser respeitado.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Governo tem agora uma perspectiva temporal dilatada à sua frente. Importa por isso aceitar e fazer aceitar as regras democráticas e dar tempo ao tempo. Deixar que o Governo governe. Para mostrar o que vale. Tanto mais — de novo o lembro — quanto é certo que nos encontramos numa situação de verdadeira emergência nacional, onde a política partidária imediatista e os interesses de grupo deverão ceder perante os grandes desígnios nacionais, que importa acautelar enquanto é tempo.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O País precisa de trabalhar com tranquilidade e segurança. O Governo tem o dever de assegurar as condições indispensáveis de estabilidade, para que se estabeleça a confiança entre os agentes económicos e se abra a todos, especialmente aos mais jovens, um horizonte de esperança. Sem estabilidade política não é possível lutar com eficácia contra a crise. Os trabalhadores conscientes, quaisquer que sejam as suas posições ideológicas, e tenham ou não simpatia pelo Governo, compreenderão que a demagogia, a reivindicação irrealista e a desestabilização sistemática, sem qualquer alternativa no quadro democrático, se viram, necessariamente, contra os seus interesses profundos. Por outro lado, os empresários terão igualmente de compreender que lucro e salário não-de compatibilizar-se em termos de justiça social e que não é mais possível deixar de reconhecer os legítimos direitos dos que trabalham, consagrados na Constituição da República e nas convenções internacionais que regem as relações de trabalho na Europa em que queremos integrar-nos.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Uns e outros haverão de compreender que é no diálogo entre eles — e com o Governo — que reside a primeira condição de êxito do combate à crise.

Sem estabilidade não haverá progresso económico nem fomento de riqueza nem, muito menos ainda, justiça social. Ora como chegou o momento em que a política sistemática de subsídios às empresas deficitárias não pode continuar, porque o Estado não tem meios financeiros para a suportar, nem é justo que o faça, e, por outro lado, como há postos de trabalho ameaçados, importa resolver por consenso as dificuldades, para que não sejam os trabalhadores as primeiras vítimas da desestabilização. Os exemplos de outros países em dificuldades, a leste como a oeste, deverão abrir os olhos dos portugueses conscientes e adverti-los contra os falsos advogados de soluções que falharam estrondosamente em toda a parte do mundo e que, com os seus *slogans*, aparentemente generosos, pensam mais em situações concretas de poder do que na resolução dos problemas reais que afligem as populações.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Neste aspecto, um importante papel pacificador e formativo incumbe à comunicação social, designadamente aos órgãos estatizados de maior penetração, como a rádio e a televisão. O Governo respeitará escrupulosamente os princípios constitucionais que consagram a liberdade de expressão e de informação e a

salvaguarda da independência dos órgãos estatizados. Recusa por princípio qualquer tipo de instrumentalização, directa ou indirecta, da informação e põe toda a esperança no conselho de comunicação social que deverá ser eleito pela Assembleia da República e que constituirá por certo uma alta autoridade que ficará a assegurar o pluralismo ideológico. Mas em contrapartida não aceitará, sem protesto, ser vítima permanente de especulações sem fundamento ou de uma informação tendenciosa, intencionalmente deturpada e irresponsável, que tantas vezes não tem em conta os interesses nacionais, o que é particularmente chocante no momento tão difícil que o País atravessa.

Um Governo cujo objectivo essencial consiste em lutar contra a crise é necessariamente um Governo que terá de ser capaz de remar contra a maré. De afrontar a impopularidade das medidas necessárias mas desagradáveis. Governar é sempre, de algum modo, descontentar, porque é — ou deve ser — resolver em função do interesse geral, ferindo interesses particulares constituídos, tantas vezes ilegítimos. Acresce que se vive um período de apatia, de descrença generalizada e mesmo de crescente desmoralização. Há que reagir contra esses flagelos, que ameaçam subverter as instituições. A luta contra a corrupção, onde quer que se indicie, e contra a desmoralização serão tóricas fortes do Governo. Há que recuperar a esperança, apesar da conjuntura depressiva que se atravessa. Aliás, os sacrifícios pedidos, especialmente aos mais humildes e carecidos, só têm sentido numa perspectiva de esperança, embora a prazo.

O Governo apela, assim, para a boa vontade dos cidadãos anónimos. Precisa da compreensão e do apoio activos de todos os portugueses que acreditam em Portugal. A inteligência portuguesa não pode alhear-se do combate urgente à crise. O Governo apela, assim, ao civismo dos homens de cultura, dos profissionais da imprensa e dos chamados *leaders de opinião*. Não podem deixar contaminar-se pelo derrotismo ou pelo scepticismo que leva a cruzar os braços, o deixar correr, e a refugiar-se num criticismo mal-dizente perfeitamente negativo. Importa que todos cooperem na obra de reconstrução nacional. Que nenhum patriota se sinta excluído desse combate. O Governo, numa democracia pluralista, detém apenas uma parcela do poder político. As suas responsabilidades, por maiores que sejam, em muitos aspectos devem ser compartilhadas. Ao Governo cabe certamente o impulso mas nem sempre a parte mais importante da acção. A obra é colectiva. O Governo tem que sentir o estímulo dos apoios e mesmo das críticas, quando feitas de boa fé e com espírito construtivo. Daí que seja tão importante para o Governo o seu relacionamento com a opinião, com o Parlamento e com os parceiros sociais. Com as próprias oposições, que deverão afirmar-se apresentando, sempre que as tenham, alternativas concretas para enfrentar a crise e não mediante expedientes que visam tão só o agravamento dos seus factores determinantes.

O Governo procurará, como é seu dever, estabelecer as formas mais adequadas de relacionamento com os outros órgãos de soberania, no quadro de uma efectiva solidariedade institucional. Será um Governo atento aos problemas da insularidade e altamente cooperante, como é igualmente seu dever, com os Governos próprios das Regiões Autónomas.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Preocupado com as assimetrias regionais e com as desigualdades e o atraso das regiões do interior, procurará cooperar com as autarquias, sem discriminações de tipo político, que seriam impróprias de um Governo que se coloca numa óptica nacional, e na convicção profunda de que o poder local é uma das conquistas mais importantes da democracia portuguesa.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI

O facto de ser intenção do Governo sediar no Porto algumas Secretarias de Estado representa um gesto simbólico e um primeiro passo na desconcentração efectiva de serviços, que importa salientar.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Cabe uma palavra especial às relações do Governo com a Assembleia da República, cuja importância resulta bem realçada da circunstância de o Ministro de Estado ser igualmente o Ministro para os Assuntos Parlamentares e haver ainda um Secretário de Estado com essa estrita competência. O Governo considera que a vertente parlamentar do regime semi-presidencialista consagrado na Constituição deverá ser salientada, sem prejuízo do reforço da própria capacidade do executivo, uma vez que há condições políticas para que se trate de um Governo de legislatura.

O Governo procurará estar sempre presente às sessões da Assembleia, para que se estabeleça uma comunicação directa e permanente entre Parlamento e Governo. Dará resposta atempada aos requerimentos dos Srs. Deputados. Criará o hábito de ida regular de membros do Governo às Comissões Parlamentares. E contribuirá, na medida das suas possibilidades, para que se estabeleça uma nova e mais eficiente metodologia das sessões de perguntas ao Governo. Em tudo quanto estiver ao seu alcance, o Governo não deixará de contribuir para criar mais prestigiantes e eficazes condições de trabalho à Assembleia da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na intervenção inicial de apresentação do Programa não seria indicado, nem o momento próprio, para referir em detalhe as diferentes políticas sectoriais propostas, que aliás constam do texto, e que naturalmente serão introduzidas e explicitadas, se for essa a vontade da Assembleia, pelos Srs. Ministros e Secretários de Estado respectivos. Importaria tão só salientar as grandes linhas de força da acção governativa. O que espero tenha ficado perfeitamente claro.

Uma vez discutido o Programa, o Governo entende dever solicitar desta Assembleia, nos termos do artigo 196.º, um voto de confiança, por forma que o País não possa ter dúvidas quanto ao apoio com que conta o Governo nesta Assembleia. É uma condição importante de êxito para a sua acção. Depois, sem perda de tempo, começará a governar, no uso normal e pleno das suas competências constitucionais.

Não hão-de estranhar os Srs. Deputados que o Governo, em previsão das férias parlamentares, e como é normal, peça proximamente à Assembleia da República diversas autorizações legislativas, no âmbito da reserva relativa de competência, e sem prejuízo naturalmente de esta Assembleia, uma vez reaberta, repensar, em sede de ratificação, os diplomas que, entretanto, vierem a ser elaborados.

Sr. Presidente, o País está consciente das grandes dificuldades com que está confrontado. Espera os sinais de mudança por que anseia. Tê-los-á, em estilo discreto, tranquilo, seguro, que privilegiará o trabalho sobre o discurso, as realizações sobre as promessas, o cuidado de eficácia sobre a criação de factos políticos artificiais, que só servem para agitar fugazmente a comunicação social.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Periodicamente, o Governo fará o inventário público do trabalho que for realizando, a fim de poder ser julgado com objectividade.

O acordo político que viabilizou a formação do Governo representa um acto de maturidade política e, ao mesmo tempo, um grande desafio. Os partidos que o fizeram não desconhecem os riscos que comporta. Agiram por imperativo nacional e não por interesse próprio. Não é cómodo nem fácil ser hoje Governo em Portugal. Ninguém o ignora. Merecem assim o respeito e a compreensão dos portugueses de boa vontade, mesmo que se situem em áreas ideológicas que lhes são alheias.

O acordo político entre os 2 maiores partidos portugueses só tem sentido numa perspectiva temporal alargada, realizado com o propósito de reconstruir Portugal, à semelhança do que foi conseguido noutros países democráticos europeus. Só tem sentido se às naturais rivalidades partidárias houver a coragem de sobrepor o interesse nacional, para consolidar o regime democrático pluripartidário e resolver finalmente os problemas sempre adiados.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O que implica um horizonte comum e um grande cuidado de coesão da nova maioria, na riqueza da sua própria diversidade. Os sucessos e os riscos serão partilhados por igual e vividos na assumpção plena de uma responsabilidade que é comum.

O Governo apresenta-se como um todo, será homogéneo e politicamente solidário. Fará uma política fundada nos valores que são comuns aos partidos que o compõem e não em expedientes ou em compromissos precários. Empenhado em resolver com pragmatismo os problemas, preocupado com a eficácia, decidido a consolidar por todos os meios o sistema democrático, na linha da revisão constitucional, tem o Governo um objectivo central e exclusivo: Portugal!

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, de acordo com o que ficou estabelecido na reunião dos líderes parlamentares, vou suspender a sessão por 30 minutos, para depois entrarmos no período de pedidos de esclarecimento ao Governo.

Está suspensa a sessão.

Eram 16 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Independente António Gonzalez.

Como deve saber, dispõe de 2 minutos.

O Sr. António Gonzalez (INDEP.): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Disse o Sr. Primeiro-Ministro que vai iniciar um mandato com enormes responsabilidades, dado o estado caótico em que Portugal se encontra, mas não disse quem foi o responsável por uma gestão governamental que não levou em conta as nossas verdadeiras potencialidades, tanto as humanas como as técnicas e as naturais.

Ao mesmo tempo que nos endividámos com o exterior, tentou-se ocultar a nossa situação perante as populações, permitindo o esbanjamento e a continuação de um espírito consumista, como falso sintoma de que as coisas vão bem. Mas não vão!

Se verificarmos o que se passa nas relações homem-homem e homem-ambiente concluímos que aquele, não satisfeito com explorar cegamente o mundo que o rodeia, nesta situação de consumo suicida em que nos encontramos, explora igualmente o seu semelhante, criando mecanismos cada vez mais sofisticados, tentando levar ao máximo da rentabilidade essa exploração.

Assim, as relações humanas tornam-se complicadas, pressagiando uma mudança qualitativa, enquanto o mundo ao seu redor se vai degradando, embora já por todo o País, aqui e ali, autarquias, instituições científicas e associações populares proponham e efectuem correcções, face ao alheamento do Governo.

Como pensa o novo Governo fazer frente a estes problemas, nomeadamente no tocante a:

1 — Política energética. — Sem evasivas, sim ou não ao nuclear para fins energéticos? E que controle sobre a poluição das centrais a combustíveis fósseis?

2 — Consumidor. — Que defesa perante as poderosas máquinas publicitárias e a falta de cuidado com a elaboração, manuseamento e venda de alimentos e outros bens de consumo do dia-a-dia?

3 — Florestas, parques e reservas naturais. — Pensa o Governo fazer cumprir a legislação e criar quadros convenientemente equipados para detectar e combater fogos, poluição e todos os outros atentados contra o nosso património natural? E que apoios aos bombeiros e autarquias que se debatem com estes problemas?

4 — Que apoio ainda à investigação e realização de projectos alternativos energéticos, alimentares, urbanísticos, industriais, agrícolas, etc., que combatam a desertificação humana e ecológica de grandes áreas do País e a morte gradual de todos os nossos rios, lagoas, rias, etc.

5 — Património cultural. — Que política para travar a delapidação da identidade cultural das nossas populações?

6 — E o futuro deste país, o jovem, que vai este Governo fazer por ele?

7 — E quanto ao Estatuto do Objector de Consciência?

8 — Que empenhamento a nível nacional e internacional na busca de uma paz mundial duradoura, baseada no desarmamento total e na redução e eliminação dos enormes desequilíbrios económicos existentes

e de todas as formas de repressão e violência no mundo?

Vai esta degradação humana e ambiental continuar, ou vai mudar? E em que é que vai mudar?

O Sr. Presidente: — Para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho, representante da ASDI.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Estatuto da Oposição, no seu artigo 1.º, consigna que os partidos que não fazem parte do Governo, gozam do direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei.

Se o lembramos, é para deixar claro duas coisas: em primeiro lugar, que, não fazendo a ASDI parte do Governo, o Estatuto da Oposição lhe seria atribuível; em segundo lugar, para precisar que a nossa posição de princípio, face à coligação governamental PS/PSD, não radicando em qualquer compromisso político pré-eleitoral, assenta, todavia, no reconhecimento da plena legitimidade democrática de aqueles partidos assumirem, como assumem, a plenitude do poder de governar.

Legitimidade que, quanto a nós, se não reveste de uma simples configuração jurídico-formal, mas, antes, releva de uma leitura correcta dos resultados eleitorais e, também, de uma interpretação patriótica da conjuntura nacional.

Se outras maiorias diferentes da que se encontra estabelecida eram possíveis em termos aritméticos, nenhuma outra o seria, em todo o caso, em termos de correspondência quer com as posições partidárias assumidas na campanha eleitoral, quer com a vontade expressa do eleitorado, quer ainda com a expectativa de estabilidade, coesão e eficácia de que o interesse nacional não pode prescindir e urgentemente reclama do Governo.

Tomando como necessário ponto de referência o PS, na qualidade de partido mais votado, sabe-se como os deputados eleitos nas suas listas constituiriam uma maioria parlamentar com qualquer dos outros três denominados grandes partidos.

Só que a mudança de política em relação à anteriormente seguida nem poderia compadecer-se com o conservadorismo de que o CDS se faz bandeira, nem com o marxismo passadiço, dogmático e de importação de que o PCP se faz depositário e pregoeiro.

A adaptar-se, como era desejável e se impunha, um Governo de maioria, este não poderia ser formado senão a partir dos 2 maiores partidos portugueses.

É grande a sua experiência acumulada; ambos contracenaram já, na cena política, com o mesmo parceiro; ambos foram governo e oposição, recíproca e alternadamente; ambos têm conhecido grandes vitórias e desairosas derrotas eleitorais.

A afinidade dos seus programas de origem, ao reclamarem-se quer da social-democracia quer do socialismo democrático, dir-se-ia propiciar maior aproximação que afastamento, um caminhar lado a lado e não um perdulário desperdiçar de energias, em confrontamentos inglórios e inúteis, reveladores mais de rivalidades pessoais que não de objectivos contrastantes.

As pontes que agora vemos lançarem-se para uma e outra das margens, cujo distanciamento sempre nos

preocupou, são para nós justificado motivo de esperança nos resultados de um encontro que tardava.

Aplausos do Sr. Deputado Silva Marques (PSD) e de alguns deputados do PS.

A afirmação conjunta de uma solidariedade de princípios e a voluntária aceitação de uma mesma e concertada orientação política, por parte dos dois partidos da coligação governamental, se não expressam arranjos meramente táticos e visam antes, como o pressupomos, a resolução empenhada dos graves problemas com que nos debatemos, não podem deixar de concitar a solidariedade não só dos companheiros e camaradas de ideal, mas também a de todos os portugueses com capacidade para colocar as questões nacionais acima das questões meramente emblemáticas ou de estreito egoísmo pessoal.

Não faltará quem desdenhe da posição que assumimos. Não ignoramos também a legião dos descontentes ou mesmo só dos que têm dificuldades em acreditar na fórmula governamental. Se assinalamos o facto, é para chamar a atenção dos próprios governantes, a quem cabe provar, no terreno das realizações, quão certos estão os que apoiam este Governo e quão errados estão aqueles que esse mesmo apoio lhe regateiam ou o hostilizam, ainda antes de lhe ver os frutos.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O tipo de relação que nos achamos empenhados em estabelecer com o IX Governo Constitucional não é sinónimo de apoio incondicional ou de subserviência parlamentar.

Negarímos a nossa condição de deputados, tal como a entendemos, se isso viesse a acontecer, mas dissemos já o bastante e é assás conhecida a nossa acção passada, para que possamos surpreender no exercício de um mandato que em cada instante procuramos honrar.

De seguida e ainda antes da apreciação que mais tarde se fará do Programa do Governo que o Sr. Primeiro-Ministro acabou de nos apresentar, expressaremos algumas inquietações que constituem outras tantas perguntas dirigidas ao Governo nesta fase do debate.

Não se ignora que o Governo dispõe nesta Assembleia de uma maioria apoiante tão alta que, com uma só voz, assegura os resultados, mesmo das votações qualificadas.

Como garantia para a execução de uma política, não poderia o Governo aspirar a mais.

Só que, num regime como o nosso, que viu acentuado o seu pendor parlamentarista com a recente revisão constitucional, uma tal situação pode ser fonte de tentações, quanto a uma instrumentalização da Assembleia por parte do Governo, ou quanto a uma provocada quebra de iniciativa e produção política e legislativa própria por parte daquela. Daí a pertinência da pergunta que se faz ao Governo: que tipo de relações procurará estabelecer com a Assembleia da República?

Mais concretamente ainda: vai o Governo usar do mecanismo das autorizações legislativas mesmo em períodos de funcionamento da Assembleia, ou pretende mesmo o Governo sugerir à Assembleia, de imediato, férias antecipadas?

Em que medida serão respeitadas as iniciativas legislativas dos deputados, não as postergando com iniciativas governamentais tomadas *a posteriori* sobre as mesmas matérias e com outro alcance que não seja o do confronto inútil entre os dois órgãos de soberania?

Especificamente: pensa o Governo corrigir a grave falta cometida pelo VIII Governo ao vetar de bolso o decreto desta Assembleia sobre a Lei Formulária dos Diplomas Legais, aqui aprovado por unanimidade?

No que respeita à acção fiscalizadora do Parlamento, gostaríamos igualmente que ficassem formuladas à partida algumas regras de comportamento futuro, pois delas dependerá o efeito útil que com essa acção se pretende obter.

Referimo-nos, em particular, aos institutos das perguntas orais e dos requerimentos ao Governo e, bem assim, aos chamados inquéritos parlamentares.

Quanto às perguntas, qual o grau de disponibilidade e periodicidade a que o Governo se compromete perante esta Assembleia, respondendo às questões que os deputados entendam dever colocar?

Quanto aos requerimentos, se bem que o Sr. Primeiro-Ministro se lhes tenha referido, insisto em lembrar a sua utilidade, que vai desde o pedido de obtenção de elementos para o exercício da actividade legislativa, ao tratamento de questões de interesse regionais e locais até ao simples estabelecimento de diálogo entre os eleitores, os organismos representativos de classes e o próprio Governo, com vista à solução expedita de questões pendentes nos diversos departamentos do Estado.

Finalmente, como vão ser encaradas as iniciativas que se tomem a respeito dos chamados inquéritos parlamentares?

Deixará o Governo que seja a própria Assembleia, por sua iniciativa, a decidir da sua realização, sem orientações nem pressões do exterior?

E já que falamos de inquéritos, como irá proceder o Governo relativamente aos por si ordenados e, também, em relação àqueles que ainda se guardam na gaveta de Conrado? A sua desejada publicação poderá o Sr. Primeiro-Ministro assegurá-la, desde já, a esta Assembleia?

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Se os deputados, na sua acção fiscalizadora, vos pedem contas, é, no fundo, e tão-só, porque eles também são obrigados a prestar as suas a quem é credor da nossa acção conjunta: os portugueses!

Clarificadas que sejam as relações entre o Governo e a Assembleia da República, aos menos quanto aos temas que elegemos, haverá ainda que exorcizar os fantasmas que noutras áreas se poderão erguer, a partir da observação da alta maioria apoiante do IX Governo Constitucional.

Referimo-nos à tentação de os governos fortemente apoiados acentuarem um certo pendor centralista, em tudo contrário a uma descentralização do poder que temos por imperativo da democracia.

Bem pode arrolar-se no quadro das prioridades programáticas a regionalização, a descentralização do poder e o reforço do poder regional e local, que nem por isso a nossa inquietação serena.

É que tais propósitos têm constituído tema eleito pelo discurso político de todos os anteriores governantes e, como é sabido, foi precisamente durante os governos maioritários que o processo de descentralização

conheceu uma insuportável paragem e, nalguns aspectos, autêntico retrocesso.

Neste capítulo, tencionaremos ser juiz das acções empreendidas mais do que das intenções anunciadas. De qualquer modo, registamos, com evidente aplauso, o carácter de prioridade que ao assunto foi dado no Programa do Governo.

E mais registo, com grande agrado e sobretudo na qualidade de deputado eleito pelo círculo do Porto, o anúncio feito hoje mesmo pelo Sr. Primeiro-Ministro de que irão ser criadas no Porto várias secretarias de estado.

Estou lembrado que, no encerramento da campanha eleitoral na cidade do Porto feito pelo Sr. Primeiro-Ministro, foi dito aquilo que hoje mesmo acabou de ser anunciado. São efectivamente bons estes primeiros passos. São a certeza de que aquilo que foi prometido começa a ser cumprido. Assim seja sempre, Sr. Primeiro-Ministro!

Os sacrifícios que aos portugueses se vão pedir nos tempos de crise que vivemos terão de ser acompanhados de algumas compensações, e uma delas, do nosso ponto de vista, consistiria precisamente no alargamento da sua participação activa e na melhoria das condições de vida no interior das comunidades locais em que cada qual se acha inserido.

Referiu-se ao papel indispensável da informação em democracia. Mas, como não há informações sem jornalistas e dada a dimensão do sector estatizado da comunicação social, que tipo de condições se propõe o Governo conceder aos jornalistas para que possam fazer um jornalismo sério, designadamente no momento em que está em curso, como se sabe, a contratação colectiva daqueles profissionais?

De outros temas e de outras preocupações nos faremos eco na nossa sucessiva intervenção parlamentar. Deixamos agora o nosso recado. Do Governo esperamos as respostas adequadas e no tempo devido.

Aplausos da ASDI e de alguns deputados do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra um representante da UEDS.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: V. Ex.^a, durante a campanha eleitoral — e aliás muito bem ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — São só beijinhos!

O Orador: — ..., referiu-se à corrupção como uma autêntica lepra nacional. Aliás, julgo que a política de austeridade e de repartição de sacrifícios que V. Ex.^a acabou de anunciar tem como uma das contrapartidas possíveis a luta contra a corrupção, uma luta eficaz e que se avizinha dura.

V. Ex.^a, no discurso de apresentação do Programa do Governo, referiu-se, de novo, à luta contra a corrupção. Julgo que tal luta, que todos temos por assente ser generalizada, vale o que valerem os meios e os instrumentos que o Governo possa vir a implementar para a tornar efectiva e para viabilizar essa própria luta. No Programa do Governo e no discurso de V. Ex.^a pouco se diz acerca desses meios e desses instrumentos. Mas nós estamos aqui para que o Governo nos esclareça e, nesse sentido, gostaria de saber quais as

medidas, os instrumentos e os meios que o Governo vai implementar no sentido de tornar uma realidade quotidiana a luta contra a corrupção.

Era esta a questão que queria colocar a V. Ex.^a

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira, da UEDS.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Muito sinteticamente, gostaria de questionar o Governo sobre alguns pontos.

Quanto à integração europeia, gostaria de saber qual é o horizonte em que o Governo se situa em termos do processo em curso de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Ou seja, o que é que se considera «tempo útil», quando se escreve no Programa do Governo que a adesão à CEE virá a ser efectuada em tempo útil?

O segundo ponto refere-se à fundamentação da afirmação feita no Programa do Governo de que os resultados de exploração do sector empresarial do Estado, com excepção das empresas financeiras, se têm revelado, em regra — e sublinharei a expressão «em regra» —, negativos. Do meu ponto de vista e com os dados disponíveis, esta parece-me ser uma afirmação excessiva, que gostaria de ver clarificada.

No que respeita à política de rendimentos e preços, gostaria de saber quando pensa o Governo que a sua política de rendimentos e preços pode vir a assegurar o aumento sustentado dos salários reais. Ou será que esse prazo se articula com a vigência do programa de conjuntura? Este é um ponto que me parece importante ser esclarecido neste debate.

Na área financeira, há uma questão que parece importante e que eu hoje formularia da seguinte forma: qual o efeito positivo que se espera vir a ter com a abertura da banca ao sector privado e pensa-se que as instituições bancárias privadas, a serem autorizadas, serão vinculadas aos mesmos, ou a similares, controles de crédito das instituições bancárias nacionalizadas?

Para terminar por ora e antes de passar a palavra ao meu camarada e líder parlamentar António Lopes Cardoso, relacionando a área financeira com o poder local e não podendo esquecer que sou autarca de Lisboa eleito na mesma lista que o Sr. Ministro da Administração Interna, gostaria de saber se já existe alguma definição aproximada de qual se considera a medida comportável dos meios financeiros necessários ao cabal cumprimento pelas autarquias das suas competências. Isto não é, de certeza, nenhum recado do Presidente da Câmara de Lisboa!

Risos da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso, que ainda dispõe de 11 minutos.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Sr. Primeiro-Ministro disse a dado passo da sua intervenção que o povo português espera menos palavras e mais acções. Estou plenamente de acordo com V. Ex.^a, aliás, penso que todos estarão de acordo. No entanto, creio que não me levará a mal se, no fundo, as minhas primeiras palavras fo-

rem para me referir ao tom do seu discurso, para me referir, afinal, a palavras e para lhe dizer que o tom do seu discurso, Sr. Primeiro-Ministro, do nosso ponto de vista, marca uma mudança de tom e de discurso em relação àqueles a que nos vínhamos habituando ao longo dos últimos anos nesta Assembleia e consideramos isso como uma manifestação altamente positiva de respeito pela democracia, por esta Assembleia, pelos instrumentos fundamentais da vivência entre os cidadãos em regime democrático.

Aplausos da UEDS, do PS e da ASDI.

Vozes do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — E justamente porque esse é, talvez, para mim, o aspecto mais relevante da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a não estranhará também que as minhas perguntas se centrem em aspectos que, sendo sectoriais — no rigor das coisas, caberiam talvez melhor no debate do Programa do Governo propriamente dito —, têm no fundo a ver com esse tom novo do seu discurso, dizendo respeito à comunicação social.

Não posso deixar de sublinhar a afirmação clara e inequívoca que o Sr. Primeiro-Ministro fez aqui do respeito do Governo pela independência dos órgãos de comunicação social — nomeadamente dos órgãos de comunicação social estatizados —, por esta Assembleia e pelas suas competências próprias, e, por isso mesmo, permito-me chamar a atenção e pedir esclarecimentos complementares ao Sr. Primeiro-Ministro em relação a algumas afirmações constantes do Programa do Governo que, se não forem suficientemente clarificadas, podem ser, de certo modo, entendidas ao arreio daquilo que foram as palavras do Sr. Primeiro-Ministro.

Refiro-me, por exemplo, àquele ponto do Programa em que o Governo se empenha para que o Conselho da Comunicação Social venha a ser constituído por pessoas da mais insuspeita honorabilidade. Confesso, Sr. Primeiro-Ministro, que não entendo bem os limites deste empenhamento, na medida em que o Conselho da Comunicação Social é da exclusiva competência desta Assembleia da República e deve ser por ela escolhido, em plena liberdade. Por isso, não vejo como é que o Governo se pode empenhar — Governo como Governo, não os ministros como cidadãos, não os ministros como membros de partidos — para atingir este desiderato.

Seria talvez preferível que o Governo proclamassem desde já o seu empenhamento em respeitar aquilo que, no quadro legal, venham a ser as determinações do Conselho de Comunicação Social, entendido como alta autoridade nesta matéria, tal como o Sr. Primeiro-Ministro sublinhou.

Há também um outro ponto que merece serclarificado. Quando se diz no Programa que o Governo considera que a independência dos órgãos de comunicação estatizados não pode traduzir-se em produtos finais contrários ou sequer indiferentes ao interesse público, etc., pergunto: quem define realmente estes limites do interesse público? Creio que importaria também clarificar aqui em que medida esta limitação, submetida ao interesse público, deve ou não caber exclusivamente na competência da mais alta autori-

dade para a comunicação social e não no quadro das competências do Governo.

Quando se referem as questões relativas à situação deficitária de certas empresas de comunicação social, creio que se esquece — e era importante ter isso em conta — o papel social dessas empresas de comunicação social.

Ainda neste domínio e para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, e porque todo o processo relativo à extinção da ANOP foi talvez do caso mais flagrante de tentativa de manipulação da comunicação social estatizada a que se assistiu por parte do anterior Governo, a questão que eu queria colocar muito claramente a V. Ex.^a é a seguinte: quando o Governo pede um prazo para reflectir — que é compreensível — e anuncia uma decisão tão rápida quanto possível, gostaria de saber se este, entre as soluções possíveis a tomar nesse prazo, considera em aberto a questão da manutenção ou não manutenção da ANOP, ou seja, considera ainda possível, após essa clarificação, vir a optar pelo encerramento da agência ANOP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha, representante do MDP/CDE.

O Sr. José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Vamos fazer uma série de perguntas muito concretas, que não partem de quaisquer preconceitos de ordem ideológica nem sequer política. Visam simplesmente o esclarecimento de questões omisssas ou obscuras do Programa e visam compreender como irá o Governo concretizar tão numerosas afirmações de princípio cuja intenção verdadeiramente desconhecemos enquanto não for ultrapassado o plano demasiado geral em que muitas delas são apresentadas.

Sobre política externa: que pensa o Governo sobre a posição a tomar quanto à instalação, trânsito e estacionamento de armas nucleares no território nacional, questão tão importante e no entanto omissa no Programa?

Como pensa o Governo apoiar o processo de independência da Namíbia no quadro das resoluções da ONU e que medidas vai adoptar no sentido de combater a preparação, em território português, de acções desestabilizadoras da situação interna da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique?

Quanto à CEE: o manifesto eleitoral do PS diz claramente não aceitar *a priori* como válidas as negociações preparatórias do tratado de adesão conduzidas pelos governos da AD e só após um cuidadoso reexame de cada *dossier*, podendo levar à sua reorganização, permitirá responsabilizar-se pelas soluções obtidas. Assim pergunta-se: como pensa o Governo compatibilizar esta preocupação com a celeridade que preconiza e com a gravidade dos próprios problemas internos da CEE?

Quanto à comunicação social: o actual Ministro de Estado, Dr. Almeida Santos, afirmou durante a campanha eleitoral que se o PS fosse governo acabaria com o escandaloso negócio firmado pelo governo AD que criou a NP (Notícias de Portugal) que custa 340 mil contos, enquanto que, por outro lado, tentava desmantelar a ANOP.

Pergunta-se: o governo vai ou não denunciar esse ruinoso acordo com a Notícias de Portugal e dotar a ANOP dos meios necessários à sua missão?

O Governo vai ou não substituir o presidente e a administração da televisão?

Sobre política económica e financeira: que critérios vai definir para garantir a selectividade do crédito, com vista ao relançamento do investimento na produção agrícola, pecuária e industrial, na promoção do emprego, na dinamização da exportação e no fomento da habitação? Como vai combater o crédito especulativo?

Que orientações e medidas concretas preconiza o Governo no sentido de promover uma política de rendimentos e preços que concorra para o não agravamento do poder de compra das camadas economicamente mais débeis da população e restabeleça o aumento gradual do peso dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional?

Quanto ao sector empresarial do Estado: como justifica o Governo o seu propósito de abertura de sectores financeiros e industriais à iniciativa privada em contradição com o projecto constitucional e com os programas dos partidos do Governo, que apontam para o socialismo, que em qualquer leitura exige a subordinação do poder económico ao poder político?

Porque foram escolhidos os sectores cimenteiro e adubeiro, juntamente com a banca e os seguros, para iniciar a abertura à iniciativa privada?

Como se justifica a abertura do sector dos seguros à iniciativa privada, quando a oferta, como se sabe, é excedentária?

No domínio da agricultura: que medidas pensa o Governo tomar relativamente à pequena produção agrícola com vista a aumentar a produção para dar resposta às necessidades prementes do consumo interno?

Como pensa o Governo compatibilizar a adesão à CEE com a existência e a defesa dos interesses da agricultura minifundiária, tendo em conta a incapacidade dos restantes sectores económicos do País e da emigração para absorver a mão-de-obra excedentária?

Quanto à política industrial: que medidas vai tomar o Governo no sentido de proteger e estimular as empresas que se insiram num processo normal de actividade económica e para prevenir e punir os intervenientes na economia clandestina?

Que política vai definir o Governo relativamente à defesa e reconversão das indústrias tradicionais?

Quanto à política de energia: vai o Governo continuar a transferir para os consumidores as elevadas taxas de juro a que está sujeita a EDP, em especial as que resultam de empréstimos forçados no mercado externo?

Quanto à política de comércio interno: perante o escândalo da especulação dos intermediários que sujeitam consumidores e comerciantes a enormes carencias e aumentos de preços, pensa o Governo utilizar o potencial de intervenção das empresas públicas e dos organismos de coordenação económica para moralizar e garantir o abastecimento público?

Quanto à política de comércio externo: que medidas concretas vai o Governo tomar no sentido de prevenir e punir a subfacturação e a sobrefacturação e a evasão de divisas em geral? Pensa o Governo atribuir algum papel neste campo a organismos ou empresas de comércio externo?

Quanto à política de saúde tínhamos muito interesse em que fossem respondidas estas questões muito concretamente, tão concretamente como as perguntas que já foram formuladas: qual a política do Governo quanto à decisão da passagem dos hospitais concelhos para as misericórdias? (Decreto-Lei n.º 489/82) em que sentido pensa o Governo rever o regulamento dos centros de saúde? Pensa o Governo criar um departamento de assuntos farmacêuticos?

Quanto à educação, entre outras questões apenas esta: o conselho nacional de educação será constituído — diz o Programa —, entre outros grupos, por professores e forças sociais. Esta formulação parece-nos vaga. Pretenderá ela excluir os sindicatos dos professores, a sua representatividade, ou é simplesmente uma fórmula redundante?

Quanto ao trabalho: considera o Governo que não vai alterar a Lei da Greve, apesar de pretender, por exemplo, regulamentar e restringir a ação dos piquetes? Pode o Governo citar concretamente o direito comunitário europeu específico que impõe — segundo diz no Programa — a alteração da lei dos despedimentos em termos que agravam a situação actual dos trabalhadores? Esta alteração seria conciliável com os direitos constitucionais de proibição de despedimento sem justa causa e de garantia de segurança no emprego?

Longamente foi aqui exposta pelo Sr. Primeiro-Ministro a temática do diálogo e da concertação social. O programa, e o Sr. Primeiro-Ministro aqui o afirmou, diz ir praticar o diálogo, promover a concertação social. De resto, todos os Governos aqui o têm dito.

Mas como o irá fazer, sobretudo no plano social, com medidas previstas no campo laboral que revelam não ultrapassar e até agravar o antagonismo entre as exigências dos grandes patrões da indústria em desfavor dos trabalhadores?

E como conseguirá, assim, uma participação responsável dos organismos representativos dos trabalhadores?

Será apenas ameaçando-os com os custos da crise, afirmindo que os trabalhadores terão de cooperar porque serão as primeiras vítimas da crise?

Então o Governo, que faz grandes afirmações sobre justiça social e sobre soluções de equidade, não pensa fazer uma mais equilibrada distribuição social dos custos de crise?

Com este problema se relaciona a tão acentuada questão da autoridade, na linha do que foi repetidamente afirmado na campanha eleitoral pelo actual Vice-Primeiro-Ministro.

Mas qual a extensão e quais os meios que o Governo preconiza para o reforço da autoridade?

O que quer dizer com a redefinição no plano legal dos princípios da segurança interna e das respectivas autoridades em democracia?

E como pensa proceder quanto ao «exercício do direito de reunião e manifestação e modalidades de requisição e condições de emprego da força pública?

Diz ainda o Programa ser tentador recusar cooperação a um governo que se não apoie. É estranha esta formulação. Então essa recusa não é um direito legítimo, não é mesmo um dever democrático?

E, na mesma lógica subjacente a esta posição, diz não ser lícita a recusa em apoiar um combate que está para além das ideologias e dos partidos, pois afirma tratar-se da defesa do regime, pelo que se colo-

carão fora dele os que o combaterem por «meios não patrióticos»?

Mas, então, tratar-se-á de autoridade ou, verdadeiramente, de autoritarismo?

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires, representante do CDS.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Antes de mais, o meu grupo parlamentar quer saudar o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e os Membros do Governo em geral, congratular-se com certos aspectos da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, aspectos esses que julgamos positivos não apenas pelo tom, mas também pelo anúncio de algumas medidas e, inclusive, por uma certa humildade em relação ao passado. Pela primeira vez não vimos no tom do Sr. Primeiro-Ministro nenhum remoque em relação ao passado, porventura com a consciência, ainda que tardia, de que há uma responsabilidade, e grande, do próprio Partido Socialista na situação em que o País vive.

Por outro lado, verifica-se também nas observações do Sr. Primeiro-Ministro alguma evolução de pensamento, que saudamos com júbilo. Essa evolução diz respeito nomeadamente à questão da abertura dos sectores económicos, e todos nos lembramos de que o próprio Partido Socialista votou nesta Assembleia contra a abertura desses sectores económicos à iniciativa privada.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Nota-se!

O Orador: — Portanto, verifica-se um toque de arrependimento e de contrição na afirmação do Sr. Primeiro-Ministro, que nos parece saudável, porque realmente acho que as pessoas têm tempo para aprender, e, nestas circunstâncias, seria apenas questão de perguntar com quem é que o Sr. Primeiro-Ministro terá aprendido, embora essa questão seja relativamente supérflua quando se trata do bem e da evolução do País. Noutras circunstâncias não teríamos, porém, dificuldade em responder dizendo que terá sido talvez com o Dr. Sá Carneiro, talvez com o Prof. Freitas do Amaral, em geral, com os governos da AD, porque — e aqui começa alguma observação crítica — apesar de tudo as únicas medidas concretas que o Sr. Primeiro-Ministro acaba de anunciar são as rebuscadas nos Programas da Aliança Democrática.

Risos do PS e do PCP.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não há mais nenhuma medida concreta entre todas aquelas que o Sr. Primeiro-Ministro aqui anunciou além das que foram rebuscadas nos Programas da Aliança Democrática e que, como toda a gente sabe, não puderam ser executadas por oposição da bancada do Partido Socialista, por oposição do Conselho da Revolução ou, noutras circunstâncias, do próprio Presidente da República.

Aliás, seria curioso fazer uma análise da ciência política sobre o saber por que é que o Partido Socialista quando está na oposição vota contra essas medidas e quando está no poder acha que essas medidas são boas ...

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Esta é, realmente, uma questão importante, mas achamos ser excessivamente grave que essas medidas apareçam desgarradas de uma filosofia de conjunto. Essas medidas não aparecem oferecidas, digamos, assim, por grosso, mas por avulso, um pouco deslocadas de toda a espécie de linha política porque a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro não tem nem uma linha política nem um objectivo com indicação de prioridades, não nos diz qual é a primeira prioridade deste Governo e, tal como acabei de dizer, não tem também a indicação de medidas concretas suficientes. Julgamos que é nebulosidade demais para quem quer evitar os «Dons Sebastiões» e, portanto, será realmente adequado que a prática política do Governo venha a explicitar de maneira mais concreta os objectivos desta coligação.

Nomeadamente sobre a crise económica não é feita uma análise das suas razões, dos métodos para a combater, dos objectivos que se visam — insiste-se apenas numa espécie de limbo que mostra não querer condenar nem querer salvar o País, mas persiste numa situação que dramaticamente pode agravar os factores de pânico, que se tornam ameaçadores.

Inclusive, o Sr. Primeiro-Ministro falou de sacrifícios, disse que governar é descontentar — o que, aliás, é uma fórmula de um célebre estadista de antes do 25 de Abril —, disse que há medidas desagradáveis no Programa do Governo, mas não diz quais, o que não é uma posição de força moral para quem quer enfrentar uma crise, porque quem quer enfrentar uma crise tem de dizer ao País, claramente e desde o primeiro dia, quais são as medidas desagradáveis que quer tomar.

Julgo que o País não se governa mais escondendo as realidades, escondendo as soluções, andando para trás, não se governa mais com pura política, mas sim com verdade, com força moral, com capacidade para assumir os riscos. E é também por isso que temos de denunciar o facto de o Sr. Primeiro-Ministro — que durante a campanha eleitoral anunciou 100 medidas e numa carta aos empresários se desdobrou, talvez possa dizer se multiplicou, no anúncio de medidas liberalizadoras — agora vir dizer que é necessário travar e acabar com as promessas, que é preciso andar para trás, o que realmente é uma inflexão excessiva, embora todos nós compreendamos a diferença que há entre ganhar umas eleições e governar um país.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Além disso, V. Ex.^a diz que quer combater a crise económica, mas é legítimo a todos nós duvidar que tenha começado da melhor maneira a dominar a crise económica. E isto porque durante a campanha eleitoral anunciou que ia desvalorizar o escudo e agora, através de lapsos sucessivos de informação, deixou que se traduzissem nos jornais e na rádio explicações sucessivas sobre esta mesma desvalorização. É a primeira vez que a desvalorização do escudo está na

praça pública e isto mostra bem que em Portugal quando o socialismo sobe o escudo desce.

Risos do CDS.

Aliás, é estranho, é mesmo espantoso que, depois de novas eleições e da tomada de posse deste Governo — é talvez caso único no contexto ocidental —, o pessimismo económico se acentue!

Apesar de tudo, a alegada crise do escudo nunca foi tão grande como depois das eleições a que assistimos no último dia 25 de Abril. Isto tem de ser dito em nome da verdade, não com qualquer ferocidade duma oposição que se pretenda destrutiva, mas com a clareza que nos leva a entendermo-nos melhor. E também não é moral, e também não é ético, e também não é eficaz economicamente que o Governo nos debite 250 páginas com algumas propostas e comece por dizer, antes de cada uma delas, que só serão postas em prática se houver condições económicas.

O que seria moral, o que seria ético, o que seria claro seria que este Programa aparecesse quantificado e se dissesse quanto é que ele custa, não aparecendo lá medidas que não podem ser executadas e concretizadas. De outro modo, tratar-se-á, pura e simplesmente, de, mais uma vez, excitar as expectativas e contribuir para o aumento da inflação e para a degradação dos nossos índices e dos nossos desníveis económicos.

Por isso, talvez fosse mais útil, quando se fala tanto de medidas de emergência — e o Governo já está há 12 dias no poder ... — que elas fossem referidas ou, até, que elas já tivessem sido tomadas. Não se percebe que se fale tanto de medidas de emergência e que este Governo tenha demorado 2 meses a negociar e que já esteja há 12 dias em efectividade de funções e ainda não haja sequer o anúncio de nenhuma medida de emergência, quer se trate do crédito, quer se trate das taxas de juro, quer se trate da desvalorização; não se percebe que ainda não tenha sido dito — embora talvez já tenha sido entendido — se essas medidas de emergência serão ou não tomadas com o acordo ou a audiência prévia dos próprios parceiros sociais.

Além da concertação económica, vem a propósito falar também da concertação social porque também aqui há uma inflexão notória deste Governo. Foi dito que o Governo não seria formado sem o acordo dos parceiros sociais e agora é o mais próximo dos parceiros sociais do Governo que lhe vem directamente «puxar o tapete» dizendo que os próximos 100 dias serão o *timing* adequado para saber se o Governo vai ou não merecer a confiança da União Geral dos Trabalhadores.

Depois vem dizer-se que afinal a concertação se fará depois das medidas tomadas e não antes; depois já não se diz que essa concertação seja organizada, já se admite que essa seja uma concertação avulsa, uma concertação caótica. Dá-se quase a entender que essa concertação é um *purus flatus vocis*, é um puro biombo político para tomar as decisões ou para ter desculpas de mau pagador para aquilo que não puder ser feito.

São todos estes esclarecimentos aqueles de que nós precisamos, de que o País precisa nestas circunstâncias.

Fala-se muito de consenso, mas ao mesmo tempo fala-se de mudança, o que nos levaria a perguntar se é o consenso ou a mudança o que se vai fazer. Este é um ponto extremamente importante porque seria bom que o Governo não escondesse a sua eventual incom-

petência através de excessos daquilo a que chama o puro concerto.

E é aqui que a intervenção do Sr. Deputado Lopes Cardoso — inteligente como sempre — põe um dedo na ferida ao falar do tom do Governo. Mas a questão é saber realmente qual o tom: se o tom do consenso puro ou se o tom da mobilização, se este Governo quer gerar a anestesia do País ou se este Governo quer gerar a mobilização do País. E é aí que nós reivindicamos o tom e o património da Aliança Democrática, naquilo que ela teve de capacidade de mobilização do País para inflectir os hábitos e os comportamentos, para fazer de outra maneira e não simplesmente para ser uma forma de condescendência pura para com todos os comportamentos, mesmo os mais viciosos.

Aplausos do CDS.

É por isso que seria bom que muitas questões, como a dos despedimentos, a da revisão do Código Penal — de que se falou durante a campanha eleitoral —, a da regulamentação do direito à greve e a dos despedimentos — de que também se falou durante a campanha eleitoral —, a dos contratos a prazo, a da Lei de Bases da Reforma Agrária, a da política a seguir quanto às UCP's, entre muitos outros pontos, fossem mais claramente esclarecidas para que, afinal, o chamado «Governo pelo meio» não seja um Governo em fuga mas um Governo que assume de frente as suas responsabilidades.

Não o dizemos para prejudicar a acção do Governo mas talvez para ajudar a sua acção. Recordo-me bem de um dia, nesta Assembleia, durante a discussão do I Governo da Aliança Democrática, o Sr. Primeiro-Ministro ter dito isso mesmo, ou seja, que a oposição é tão essencial como o Governo. É por isso que, em democracia, faremos este papel exigente, ainda que construtivo, com o sentido de estarmos a exercer uma das mais altas responsabilidades democráticas.

Mas também neste espirito desejarmos perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se o facto de ele pedir uma moção de confiança quando tem dois terços dos deputados desta Câmara, se o facto de ele pedir autorizações legislativas e governar por delegação quando tem dois terços dos deputados desta Câmara, se o facto de ele querer reunir o Conselho de Estado, de ele querer um acordo social, de querer impor à liberdade da comunicação social o espírito do interesse público como condição para o seu exercício, se isso tudo não é bem mais um acto de desconfiança, ou então se isso tudo não é bem mais uma tentativa de exercício da concentração do poder ou se, mais do que a maior das maiorias, mais do que o máximo do poder que tenta concentrar nesta Assembleia, não é antes a confissão do máximo de impotência que ele próprio sente à frente do seu Governo.

Estas questões devem ser respondidas para que o País entenda melhor o que se passa. Elas são postas com clareza e frontalidade mas também com a consciência de que nem tudo pode ser pedido ao Governo, de que as circunstâncias são difíceis, de que não nos vamos opor a tudo e de que vamos apoiar o que for apoiável.

De resto, tal como comecei por dizer, congratulamo-nos com todas as medidas que tenham em vista a salvação e a liberalização do País em termos europeus.

Mas cabe ainda perguntar, em termos de concertação política, se o encontro e o diálogo de posições sobre a designação de directores-gerais e de administradores públicos, previsto no acordo entre o PS e o PSD, será uma forma de politizar a administração pública e de acrescentar a tudo aquilo que eu disse antes a maior das maiorias e o princípio duma maioria esmagadora que seria, mais do que já é hoje, uma forma de mexicanização da vida portuguesa, senão até mais do que isso, uma forma de «União Nacional» ainda que democrática.

É isso tudo que é preciso esclarecer porque é importante que as coisas sejam muito claras, mesmo no âmbito externo, até porque nos parece que aí talvez a concertação também tenha começado por ser excessiva.

Não percebemos, por exemplo, porque é que o único ministro que falta na bancada do Governo, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, correu para Bona sem mais, apenas para ler um comunicado que já tinha sido feito. Não percebemos que sejamos actores na política externa de uma cena e de um palco que acaba de ser encerrado e que chegemos lá, como espectadores, apenas para saber o que se passou. Não é esse o melhor modo de defendermos a independência nacional e de negociarmos a nossa entrada na CEE em posição de independência.

E seria altura de recordar ao Sr. Primeiro-Ministro, quando durante a campanha eleitoral ele defendia que era preciso renegociar os acordos com a CEE — o que talvez não possa continuar a fazer agora porque o negociador principal desses acordos faz parte do seu próprio Governo —, que é importante que não andemos de reboque na política externa e que também aqui a concertação não seja apenas um modo de este Governo se esconder.

Tememos, portanto, que a declaração do Sr. Primeiro-Ministro, embora de bom tom; embora simpática; embora concertativa, não tenha tido ou não possa ter o eco que era necessário, quando se trata de andar para a frente e de avançar.

Nós, pela nossa parte, sabemos as lições do passado e faremos uma oposição realmente moderada sem deixar de dizer em voz alta, como sempre fizemos, e com o intuito de participar no desenvolvimento da democracia portuguesa, tudo aquilo que temos a dizer.

E é por isso que não entendemos, como o Sr. Primeiro-Ministro afirmou, que os extremos se toquem. Essa visão é ainda muito política e muito simplificada. Aliás, o próprio Dr. Mário Soares deveria saber que o seu próprio trajecto pessoal é o de alguém que sempre caminhou de um extremo para um centro, e espero que não de um extremo para outro extremo. E por isso que os extremos não se tocam, não se tocam necessariamente e não se tocarão no que diz respeito ao CDS.

Assumiremos isso com frontalidade e espero, Sr. Primeiro-Ministro, que, realmente, alguma coisa tenha mudado no seu comportamento. Mas espero, para terminar, que não seja uma mudança de envelhecimento, que seja uma mudança de rejuvenescimento.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Partido Comunista Português.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Nenhuma expectativa benéfica, nenhuma esperança ou novidade rodeia este Governo cujo programa acaba de ser apresentado. Nem dentro desta Assembleia nem fora dela. E as pessoas perguntam: «Foi para isto que fizemos as eleições?»

Fizemos as eleições para vermos Maldonado Gonçalves na Saúde? Para que Amândio de Azevedo substituisse Morales e Luís Barbosa? Para que o apoianto do general Soares Carneiro, Freitas do Amaral, fosse substituído pelo mandatário do derrotado general de S. Nicolau? Fizemos as eleições para que a mesma política económica e financeira (iniciada pelo PS em 1976 e acentuada pelos governos da AD) de novo continuasse?

Havia uma maioria governamental que governava há 3 anos. Essa maioria foi derrotada, colocada em minoria, afastada do governo por isso mesmo. O PSD era o principal partido. Como se pode explicar então que o principal partido dessa velha maioria fosse recuperado e se torne governo da nova maioria?

É isto que o Sr. Primeiro-Ministro chama respeitar a vontade popular?

As eleições de 25 de Abril foram uma importante derrota do PSD e do CDS e confirmaram a enorme vontade de mudança manifestada pelo povo português.

O acordo PS/PSD e o Programa aqui apresentado significam precisamente a continuação de uma política rejeitada pela vida e pelo voto.

E o Governo, fruto desse acordo, nasce tarde, ao fim de intrincadas negociações e compromissos, marcado por soluções insólitas, pelas escolhas que só o favor explica, pela inadequação e o arranjo.

É isto o primado da competência de que o PS fala quando era oposição?

A mudança esperada, desejada e escolhida em 25 de Abril foi defraudada por aqueles mesmos que em função do voto popular tinham a responsabilidade de levá-la a cabo. Por isso, o discurso do Sr. Primeiro-Ministro foi um discurso velho, foi um discurso de continuidade. E por isso também, por mais que procurasse ocultá-lo, foi um discurso marcado pela precariedade, pela incerteza, pela insegurança.

Aplausos do PCP.

Um governo para 4 anos? Há por aí alguém que acredite nisso? Ou que admite que o acordo não será posto em causa por um qualquer solavanco no comboio da governação? Quem se recusa a ver as debilidades do seu âmbito, as soluções embarracosas, as contradições entre o que o PS e o PSD acordaram e a realidade dos dois partidos e do País?

Não será sinal disso mesmo a preocupação que o bloco governamental manifesta de, após este debate, reduzir o funcionamento da Assembleia da República à aprovação de uma sacada de autorizações legislativas seguida de encerramento? Até nisto o PS, feito governo, não hesita em seguir a prática da AD, de secundarizar a governamentalizar a Assembleia da República. E o objectivo é o mesmo: fazer legislação extremamente lesiva dos interesses dos trabalhadores, das transformações democráticas e do próprio regime, fora das vistas da oposição democrática e pela calada estival.

Sendo estes os métodos, é porém na política que reside a condenação total deste Governo.

Este Governo propõe-se fazer tudo o que a AD não conseguiu e deixar intacto o que de pior a AD fez. Dele só poderá resultar o agravamento dos problemas nacionais.

Ao ouvir a intervenção agora produzida pudemos constatar que o Governo dá por reproduzido o diagnóstico da crise, já há muito feito e conhecido. Omite pois ou disfarça as suas causas e os responsáveis. Nôstico da crise já há muito feito e conhecido. Omite E porquê? Porque sabe que os responsáveis por essa situação estão sentados na bancada do seu governo, para continuar a mesma política.

Aplausos do PCP.

Insiste na crise, no catastrofismo, tentando criar na opinião pública a resignação e o fatalismo, a aceitação de uma política em favor do grande capital, como a única possível.

A situação é difícil, todos o sabemos. Mas será com a continuação das desvalorizações do escudo, com a contracção da actividade económica, com a manutenção e a elevação das taxas de juro, com a redução do crédito que se vence a crise e promove o desenvolvimento? O Sr. Primeiro-Ministro fala hoje de um programa de «gestão conjuntural de emergência» para os primeiros meses do seu governo, tal como em 1976 falava de um «programa de austeridade». Refere que em seguida haverá um programa de «recuperação financeira e económica», tal como em 1978 prometia a «luz ao fundo do túnel», a «luz da esperança». O discurso é repetido, está gasto.

Acaso alguém descortinou no acordo do PS e do PSD e no programa agora divulgado algum interesse pelo aproveitamento dos nossos recursos e energias internas, a produção nacional de produtos importados, a necessidade de se alargar o mercado interno para dar vazão à produção portuguesa?

Que garantia de relançamento da actividade produtiva, de combate às actividades parasitárias e especulativas, de implementação de um programa nacional contra o desperdício, de tributação das grandes fortunas e de enquadramento da actividade económica, pelo planeamento objectivo e participado?

A grande preocupação e prioridade governamental, Srs. Deputados, é a entrega da banca, dos seguros e dos sectores altamente lucrativos ao grande capital.

E quer fazê-lo escandalosamente nos primeiros 100 dias, mediante autorização. Quer fazê-lo mesmo sabendo que tal solução é inconstitucional e que só introduziria mais irracionalidade e anarquia no sistema.

A Sr.º Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E o Sr. Primeiro-Ministro sabe muito bem que não são os trabalhadores ou os pequenos e médios empresários que podem ser banqueiros, como também sabe que não é por abrir o sector bancário ao grande capital que vai haver mais crédito e mais barato.

Nesta matéria, temos por irrefutáveis estas duas afirmações fundamentais:

1.º A nacionalização da banca em Portugal foi «a liquidação dos potentados»;

2.º Não é de admitir «a possibilidade de se virem a constituir novas empresas bancárias privadas, porque isso seria a maneira de furar a lei da nacionalização da banca».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Estas duas afirmações foram produzidas em 1975 e 1977 pelo Secretário-Geral do Partido Socialista, pelo responsável do Programa que hoje aqui é apresentado.

Vozes do PCP: — Esqueceu-se!

O Orador: — O Governo de um Primeiro-Ministro que assim mudou não podia deixar de incluir entre os seus objectivos a tentativa de fazer passar os custos da crise para os ombros dos trabalhadores. «A luta contra a crise é de todos» — disse o Sr. Primeiro-Ministro. E os benefícios? Logo no discurso de posse, foi para os trabalhadores que o Sr. Primeiro-Ministro apontou o dedo acusador que antes dirigia à AD. Para logo fazer soar a velha advertência de que «vivemos acima das nossas posses», «consumimos demais» ...

Mas quem consome demais, Sr. Primeiro-Ministro? São os trabalhadores que consomem demais? São os pensionistas e os reformados? São os mais de 100 000 trabalhadores a quem não são pagos os salários? Serão os pescadores e os mineiros ou talvez os pequenos e médios agricultores? São os casais em busca de habitação, são os jovens sem primeiro emprego, são os moradores dos bairros degradados, são o meio milhão de desempregados a quem este Governo não abre qualquer perspectiva senão a do agravamento da sua situação?

Aplausos do PCP.

O discurso do Sr. Primeiro-Ministro acaba de confirmar que a segunda prioridade fundamental é a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. O acordo PS/PSD era tão escandalosamente atentatório dos direitos dos trabalhadores que até a UGT se viu obrigada a reclamar, de modo que os últimos dias da história da sua celebração foram dominados pela «cambalhota» do Sr. Ministro Mota Pinto.

Mas o escândalo continua.

O Governo PS/PSD propõe-se mesmo (como o agora Ministro da Saúde Gonelha então subscreveu, a CIP reclamou e o Governo AD tentou) liberalizar os despedimentos (designadamente sob a descarada capa da suspensão colectiva dos contratos de trabalho) e esvaziar enviezadamente o direito à greve do seu conteúdo (particularmente pelo alargamento da noção de «serviços imprescindíveis, que os trabalhadores devem assegurar»).

Fica assim mais clara a razão que leva os dirigentes do PS e PSD envolvidos na negociação governamental a falarem só em absentismo e nunca em violação dos direitos dos trabalhadores. Fica mais clara a razão que os leva a falar de «crime de absentismo» e nunca (por exemplo) no crime de falta de pagamento de salários.

Aplausos do PCP.

E nem escondem que se preparam para impor que a massa salarial seja contida a níveis inferiores à inflação. Isto é, instituir novo tecto salarial.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — É outro! Este já não serve!

O Orador: — Perante a política agressiva contra as nacionalizações e a reforma agrária, contra os direitos dos trabalhadores e contra o nível de vida do povo que o Governo pretende levar a cabo só por hipocrisia e farisaísmo se pode falar em tréguas e solidariedade nacional. Onde residem, Sr. Primeiro-Ministro, a violência e a agressividade? Nos que perante o espectro do desemprego, da fome e da miséria resistem e fazem frente a esta política ou nos que procuram à custa dos primeiros encher os bolsos dos grandes e nos que consideram, à maneira antiga, que quem não está com eles já não é patriota?

Aplausos do PCP.

Pode ter a certeza, Sr. Primeiro-Ministro, de que em todos os domínios esta política suscitará a necessária resposta. Serão firmemente combatidas as novas medidas legislativas e administrativas contra a reforma agrária e contra os rendeiros, as tentativas de restrição dos direitos sociais, a anunciada revisão da legislação sobre direito de associação e as restantes ameaças às liberdades que o Programa de Governo dá a antever, na parte respeitante à segurança interna ...

No tocante à política externa, a política governamental merece também, Sr. Primeiro-Ministro, juízo negativo. Também aí é de continuidade que se trata, e não de mudança. A pretexto da crise e da indispensabilidade de empréstimos, o Governo prepara-se para justificar a subordinação a interesses estrangeiros, aos ditames do FMI. Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro sintomaticamente nada disse sobre o destino das negociações do anterior Governo com vista à cedência de bases e facilidades à Força de Intervenção Rápida dos EUA, ao estacionamento, armazenamento e trânsito de armas nucleares em território nacional, à utilização deste para fins de agressão a países amigos.

Importa, porém, que o País seja esclarecido quanto antes sobre tais negociações e compromissos, designadamente os que envolvem as bases das Lajes e de Beja!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A coligação, o acordo celebrado, a política anunciada pelo Sr. Primeiro-Ministro e a composição deste Governo não deixam margem para dúvidas. Não há que dar tempo «para ver». Os objectivos do Governo são transparentes — são mesmo muito transparentes. A firme oposição social, política e parlamentar, dentro do quadro da Constituição e do regime, é uma necessidade imperiosa na defesa dos interesses dos trabalhadores e da independência nacional, no trazer cada vez mais democratas à política de unidade necessária.

A classe operária, os trabalhadores e o seu Partido não serão co-responsáveis, nem cúmplices de uma política errada, de uma política perigosa, condenada e votada ao fracasso.

Aplausos do PCP.

Risos de alguns deputados do PS.

Lutaremos incansavelmente por uma nova política exigida pela gravidade dos problemas nacionais e reclamada pela vontade popular!

Assim o exigem o povo e o País, Portugal!

Aplausos do PCP.

Protestos do PS e do PSD.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Era para fazer um protesto em relação às palavras do Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

Vozes do PCP: — Não pode!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, neste período não há lugar a protestos.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Mas é descontado no meu tempo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, de acordo com o que foi decidido na reunião dos grupos parlamentares, este período destina-se exclusivamente a perguntas ao Governo.

Vozes do PCP: — Mas faça, que nós até gostamos!

O Sr. Presidente: — Dou a palavra ao representante do PSD.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Acabamos de ouvir a intervenção do Sr. Deputado do Partido Comunista, a quem não reconhecemos qualquer espécie de autoridade moral para vir aqui classificar de «cambalhota» a actuação do Sr. Vice-Primeiro-Ministro Mota Pinto.

Risos do PCP.

Se há aqui alguém que deu «cambalhotas» foi o Partido Comunista, que não quis a Constituição, que não quis que esta Assembleia funcionasse e que se vem aqui servir do jogo democrático para perverter a democracia em Portugal.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS e da ASDI.

Protestos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Ao iniciar-se a apresentação a esta Assembleia da República do Programa do IX Governo Constitucional, começo por saudar, em nome da bancada do Partido Social-Democrata, todos os Srs. Deputados, a quem o povo português, pelo voto confiou a sua representação durante a III Legislatura, há escassas semanas iniciada.

Neste momento difícil da vida do País, sobre nós recai a enorme responsabilidade de tudo fazer para o prestígio da instituição parlamentar, pilar em que se

assenta o regime democrático. Estou certo de que o conseguiremos se nos nortear a preocupação constante do bem-estar dos cidadãos, fazendo-nos eco das suas legítimas aspirações e anseios, contribuindo para a resolução dos seus problemas.

Assim sendo, daremos desta Câmara, aos nossos concidadãos, a ideia de uma real utilidade, contrariando aqueles que se empenham em denegri-la para dessa forma minarem os alicerces da democracia.

Também ao Governo, que pela primeira vez perante nós se apresenta, quero saudar em nome da minha bancada.

Saído da consulta popular de 25 de Abril último ele corresponde, sem margem para dúvida, ao mais amplo consenso possível na área democrática, traduzido quer em número de votos nas urnas quer em número de deputados que o apoiou neste Parlamento.

É a resposta adequada à gravíssima crise que o país atravessa, não só económico-financeira, mas de valores e de princípios, que só um esforço de competência e uma férrea vontade de bem servir pode ultrapassar.

Deste Governo espera o povo português, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, firmeza de actuação e transparência em todos os seus actos.

Não são toleráveis tibiezas a um Governo legitimamente constituído e que corresponde à vontade maioria dos portugueses. Por isso se impõe a consagração do Estado de Direito e o reforço da autoridade democrática, tão abalada pelos excessos de permissividade dos quais ainda não recuperámos totalmente. Desenganem-se, porém, aqueles que dela têm uma concepção repressiva e persecutória. A autoridade democrática só pode ser, em nome do prestígio e autoridade do Estado, a obrigação de fazer cumprir as leis vigentes e as ordens legítimas emanadas das autoridades competentes.

Grandes são os desafios que este Governo terá de enfrentar. Uma crise económica sem precedentes, uma corrupção, fraude e nepotismo que atingem níveis alarmantes, uma criminalidade crescente, que põe em causa a segurança dos cidadãos. Estes apenas alguns dos problemas graves que põem em risco a manutenção do regime.

Estamos certos, porém, de que este Governo, resultante de um acordo patriótico entre os 2 maiores partidos portugueses, estará à altura das dificuldades e saberá, a todo o momento, salvaguardar os interesses do Estado Português e dos seus cidadãos. Isso nos garante não só a apresentação por V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, das grandes linhas de actuação do seu Governo, como o perfil das personalidades que o compõem.

Pela nossa parte, Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, contarão V. Ex.^a e o seu Governo com o nosso apoio. Não um apoio automático, reflexo no Parlamento do acordo de incidência governamental entre os nossos partidos, mas um apoio condicionado pelas atribuições próprias da Assembleia da República, no quadro do respeito exigível aos diversos órgãos de soberania entre si.

Esse o nosso dever em relação a uma fórmula de governo que renovou a esperança dos Portugueses.

Esperança que só pode ser correspondida pelo novo Executivo com competência, empenho e coragem política.

Para aqueles que discordam deste Governo pela sua composição ou pelo seu Programa, situando-se

portanto na oposição, a certeza de que a exercerão não sistematicamente, mas de uma forma construtiva, contribuindo assim para o prestígio das instituições, para a resolução dos graves problemas com que o País se debate e para a consolidação do regime democrático.

Para concluir, suscitaram-me as declarações de V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, algumas questões, entre as quais avultam as que passo a enunciar.

Constatada a imperiosa necessidade do reforço da autoridade do Estado, que medidas tenciona o Governo des V. Ex.^a introduzir para esse efeito?

Muitos são os problemas com que se debate a juventude portuguesa. Nesse sentido (porque necessitam de um tratamento adequado) tenciona o Governo criar uma comissão interministerial para a juventude e, em caso afirmativo, com que âmbito?

Aplausos do PSD e do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o representante do PS.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de o meu camarada José Luís Nunes usar da palavra, quero fazer um muito breve e rápido esclarecimento ao até há pouco Ministro da Cultura e actual líder da bancada do CDS, o Sr. Deputado Lucas Pires.

A frase utilizada no discurso do Sr. Primeiro-Ministro «governar é descontentar» não foi dita, pelo menos pela primeira vez, pelo estadista português em que V. Ex.^a estaria eventualmente a pensar, mas por um escritor francês, Anatole France, de quem me permito atrever a sugerir-lhe a leitura, se porventura ainda não o fez, de um livro muito interessante que se chama *Os Deuses Têm Sede*, até porque me parece que a oposição, à falta de guilhotina real, entrou nestes debates com uma certa inclinação, pelo menos, para a guilhotina verbal.

Aplausos do PS, de alguns deputados do PSD e da ASDI.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Inicia-se hoje o debate parlamentar sobre o Programa de Governo. É tradicionalmente o momento em que se definem as formas, a competência e as directrizes como o Governo pretende exercer a sua função essencial: de ser Governo e governar, e de como os partidos que compõem esta Câmara entendem exercer a sua função não menos essencial de ser suportes do Governo e de ser, como é o caso de outros partidos, oposição.

No caso que nos diz respeito, somos claramente um partido da maioria governamental e um partido suporte do Governo. Não espantarão que não tenhamos, neste momento, pedidos de esclarecimento a pôr nem perplexidades a exprimir. Não temos pedidos de esclarecimento a fazer, porque o Programa que o Governo apresenta a esta Câmara corresponde, no essencial, à base eleitoral em que nós, deputados do Partido Socialista, e em que os Srs. Deputados da maioria que connosco apoiam o Governo foram eleitos. Não temos perplexidades a exprimir, porque somos homens de confiança e pensamos que o Governo foi absolutamente claro.

Quanto à oposição, pensamos que ela deve desenvolver a sua acção, nem mais nem menos, dentro do quadro constitucional. Fora do quadro constitucional não há oposição, há subversão. E os limites de acção da oposição são aqueles que são definidos pela Constituição da República, diploma que se impõe à nossa consciência e à nossa vontade, porque somos deputados constitucionais e é na base deles que fomos eleitos.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Não se nos afigura, assim, conveniente nem claro o momento para, como disse o Sr. Deputado Lucas Pires, afirmar que o Governo está há 10 dias no poder.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — 12 dias!

O Orador: — Que singular forma de exacerbar a justa, necessária e constitucional investidura presidencial, à não menos justa, não menos necessária, e não menos constitucional investidura e aprovação desta Assembleia da República. Poderemos dizer que o Governo só estará definitivamente no poder no momento em que esta Assembleia da República lhe der a sua confiança, creio que como é constitucional, não aprovando nenhuma moção de rejeição ou aprovando uma moção de confiança — prática seguida pelos últimos Governos de que o Sr. Deputado Lucas Pires fez parte e que penso que vai ser seguida pelo Governo que ora apoiamos.

Dizer que a oposição é tão necessária como o Governo, é uma verdade. E da oposição está o Governo disposto a receber as sugestões e as críticas; está a maioria que o apoia disposta a considerar as críticas e as dúvidas. Ponto é que a oposição, nos limites constitucionais, cumpra aquilo a que todos os cidadãos têm direito, que é obedecer quando o Governo o determinar.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Forma-se hoje um acordo maioritário que corresponde a uma vontade eleitoral de mudança da política que veio a ser seguida até hoje. Essa vontade eleitoral de mudança tem uma definição e um limite. A definição, no que respeita ao meu partido, foi dada durante a campanha eleitoral, quando dissemos que havia uma fronteira que não ultrapassaríamos com a mudança: é que em nenhuma circunstância a mudança nos levaria a fazer acordos eleitorais com o Partido Comunista Português.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E foi nessa base, também, que os deputados que se sentam na bancada socialista foram eleitos, e é nesa base, também, que aqui nos encontramos. O Partido Comunista Português pode manifestar a sua perplexidade, pode manifestar a sua oposição, não pode é manifestar o seu espanto. Nisso, como noutras pontos, somos absolutamente claros.

Importa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estabelecer as directrizes e definir as condições para criar as bases políticas para a recuperação económica do País. Não há, do nosso ponto de vista de socialistas, recuperação económica que se faça na base da violência, da repressão e da opressão. É por isso que falamos no consenso social. O consenso social significa que, na esteira dos socialistas franceses, nomeadamente do grande Jean Jaurès, é anti-socialista pretender estabelecer a predo-

minância de uma classe social na base da destruição das outras classes sociais. É por isso que condenamos a ditadura do proletariado, como quaisquer outras ditaduras que se pudessem estabelecer no nosso país.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

A unidade nacional que pretendemos formar para combater a crise funda-se em duas palavras: a solidariedade e o pluralismo.

A solidariedade, Srs. Deputados, porque aquilo que os países da Europa — a Inglaterra, a Alemanha, a França e a Itália — foram capazes de fazer a seguir à Segunda Guerra Mundial no momento em que estavam economicamente destruídos, nós poderemos fazê-lo também em Portugal. Nessa altura o Partido Comunista Francês, pela voz do seu Secretário-Geral Maurice Thaurez, dizia que era necessário saber terminar greves e apontava aos trabalhadores franceses a via da reconstituição nacional. Quem assim fazia nessa altura portava-se como um patriota. Não são as ideologias que definem o comportamento entre um patriota e um não patriota, mas sim o comportamento concreto em dados momentos históricos.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

A solidariedade nacional implica também o combate à corrupção. Temos que combater a corrupção e a forma como o combate à corrupção tem sido feito, nomeadamente depois do 25 de Abril, tem sido uma vergonha nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Em 1976.

Risos do PCP.

O Orador: — Foi a condenação num caso ou noutro de um homem, nomeadamente em 1974, sem ir às raízes concretas e sem perceber que o que estava corrupto, para além de homens concretamente definidos, era um sistema efectivamente considerado.

Por isso o combate à corrupção, nalguns momentos, se confundiu desgraçadamente com a vingança e com a confrontação pessoal.

Queremos combater a corrupção e é por isso que, definindo as directrizes para um combate aos agentes da corrupção, vamos introduzir também no esquema económico nacional a abertura de certos sectores ao sector privado, de forma a que duas lógicas se possam afrontar na economia portuguesa.

Aplausos do PS e do PSD.

O totalitarismo económico e a existência de um único sistema económico centralizado pode ser também uma forma produtora de corrupção.

Aplausos do PS e do PSD.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não compreendemos as afirmações do Sr. Deputado Lucas Pires de que haveria no Programa do Governo a falta de uma ideia mestra. É que consideramos que mais do que proclamar ideias — de palavras estamos todos

fartos — importa pura e simplesmente que as ideias, através de uma lógica não kartesiana, mas tópica, de convencimento, ressaltem das opções concretas que fazemos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Nós, na base da defesa da solidariedade nacional dizemos «não» à expressão irrealista de uma luta de classes, embora reconhecendo que essa luta de classes existe, é clara e tem uma evidente projecção histórica. Mas não é na exacerbação dos conflitos concretos que se criam no nosso país as condições para a reconstrução, da mesma forma que não foi no «anteguerra» que se exacerbou o nacionalismo para, como dizia Henry Lefebre, combater as nações. As vezes exacerba-se o grevismo para combater os interesses da classe operária e dos trabalhadores! ...

Direi ainda que importa conseguir um consenso, que importa conseguir uma base nacional entre aqueles que se integram hoje nos sindicatos e aqueles que se integram hoje nas associações patronais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Combatendo de um lado e doutro os abusos, combatendo de um lado e doutro os trabalhadores que não trabalham e os empresários que não produzem, combatendo de um lado e doutro os empresários meramente especulativos que pretendem e tão-só encher os seus bolsos e que em nada contribuem para o desenvolvimento da economia nacional ...

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

..., combatendo aquela classe empresarial que a seguir ao 25 de Abril fugiu para o Brasil, e favorecendo a classe empresarial que, em Portugal, dia a dia, hora a hora, lutou pela defesa económica do nosso país e pela defesa dos postos de trabalho dos trabalhadores portugueses.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

O «salve-se quem puder» não é uma política nacional. E da desordem, do caos, da confusão nada pode resultar senão a penúria, a confrontação permanente e a destruição das liberdades.

Os nossos objectivos são: enfrentar a crise e vencê-la. Para isso criamos uma base parlamentar, uma base entre o PS e o PSD.

Dirijo-me agora aos Srs. Deputados do PSD para lhes dizer que os nossos partidos ficarão na História, não pelo que fizemos no passado, mas pelo que formos capazes de, a partir de hoje, fazer em conjunto para o bem do país.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

Para isso é necessário que tenhamos os nossos corações abertos para colaboração e os nossos ouvidos fechados à calúnia, à insídia e à intriga.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É nossa firme convicção, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados,

que o Programa do Governo que nos é presente dá aos portugueses uma esperança e uma base de trabalho.

Na política não há caminhos fáceis, na política não há milagres; na política não há homens providenciais.

Os caminhos fáceis são geralmente os mais difíceis; os milagres pagam-se caros; e os homens providenciais são sempre ditadores.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, resumimos o nosso ponto de vista nesta palavra: governar com realismo e com moderação, mas à moderação não é alheia a ideia de firmeza.

O fortalecimento da democracia e da liberdade e uma distribuição possível e justa do peso da crise são a ideia directriz deste Governo. Não temos arrependimentos nem contrições a apresentar.

Desejamos uma política de verdade, uma política de ordem pública, em que a oportunidade do Estado sejaposta ao serviço da defesa das liberdades dos Portugueses. Não há liberdade contra o crime organizado, e não há liberdade quando existe a ilegalidade erigida em sistema.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: A estabilização interna deve suceder uma política externa consequente.

Portugal, como nação europeia ou, melhor, euro-africana, poderá garantir uma ligação efectiva Europa-Africa. Os novos países de expressão portuguesa estão na nossa perspectiva política e nos nossos corações.

A Europa da CEE poderá o nosso país dar a capacidade a que abrem as nossas janelas abertas sobre África — sobre Angola, sobre Moçambique, sobre a Guiné, sobre Cabo Verde, sobre São Tomé e Príncipe, onde se fala aquilo que melhor nos representa, e que é a língua portuguesa.

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — A política de defesa nacional é também uma política essencial deste Governo: não haverá ambiguidades no que respeita ao alinhamento pró-occidental e à defesa da Aliança Atlântica. Não há política de defesa da Europa fora da Aliança Atlântica, embora importando que entre os parceiros das duas margens do oceano Atlântico se desenvolva uma constante troca de ideias e de opiniões em ordem a formar uma vontade comum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de sublinhar, enfim, que a crise não é um destino de Portugal, é tão-só um acidente.

Para nós, que conhecemos a ditadura fascista e que lutámos contra ela, o combate à ditadura foi um forçar do destino. Hoje, perante a crise económica, estamos dispostos também a forçar o destino e a dizer aos Portugueses que temos uma vontade, uma intenção e um desejo de governar. Que saiba o País ouvir a nossa mensagem; nós saberemos e cumpriremos o seu julgamento.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tal como ficou acordado, interrompemos agora os nossos trabalhos por 30 minutos, após o que concederei a palavra ao Governo, para que responda aos pedidos de esclarecimento que lhe foram colocados.

Está suspensa a sessão.

Eram 18 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 19 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em comentário genérico às perguntas que acabaram de ser feitas ao Governo e a mim próprio, direi, para começar, que me deu a impressão de que muitos dos Srs. Deputados que me fizeram perguntas não tiveram tempo ou o cuidado de ler o Programa que foi distribuído, porque, se o tivessem lido, certamente não teriam posto muitas das perguntas que puseram, dado que encontrariam na sua leitura a resposta.

Como é da tradição nesta Casa, o Programa foi distribuído hoje, por providência do Sr. Ministro de Estado, cerca do meio-dia. Poderão alguns dos Srs. Deputados argumentar que o tempo foi curto para o ler, o que é verdade, mas isso não impediu que às 15 horas, nos principais noticiários, já a comunicação social resumisse alguns dos aspectos mais salientes do Programa.

O Sr. Deputado António Gonzalez pôs alguns problemas ao Governo e preocupou-se, como de resto nós nos preocupamos, com o problema das relações homem-homem e homem-ambiente. O Governo está consciente dos problemas ecológicos tal como está consciente dos problemas humanos. Sobre esse aspecto pode o Sr. Deputado estar tranquilo, porque em matéria de relações homem-homem e de respeito pelos direitos humanos e pela pessoa humana, tal como em matéria de interesse e de defesa do ambiente, o Governo será vigilante.

Fez-me V. Ex.^a uma pergunta concreta sobre se somos ou não a favor da opção nuclear; ora essa pergunta tem resposta no Programa do Governo, e sucede até que foi de algum modo respondida no meu discurso introdutório. Eu disse então que vamos apresentar um plano energético, que será naturalmente discutido aqui nesta Câmara e que, antes disso, em matéria de opção nuclear, haverá um amplo debate nacional e que teremos não somente de considerar os aspectos da energia nuclear, mas também todas as formas de energia.

Depois perguntou-me ainda se o Governo teria pensado na defesa do consumidor. Também essa questão está respondida no Programa do Governo, na p. 238 e também no capítulo respeitante ao comércio (p. 160), onde a defesa do consumidor também está contemplada.

Falou-me do problema das florestas, que é também um problema que preocupa extraordinariamente o Governo, e da repressão contra os fogos ilícitos. Tudo isso, Sr. Deputado, está incluído na defesa dos par-

ques nacionais, pelo que o remeto também para as pp. 124 e 132. Aliás, sobre essa questão dos fogos, uma vez que já se estão a observar alguns, o que nos preocupa, e porque constituem efectivamente um flagelo nacional nesta época do ano, devo dizer-lhe que ela já foi objecto de uma intervenção no primeiro Conselho de Ministros que se realizou.

Relativamente ao estatuto do objector de consciência também ele está considerado no Programa do Governo, e está em termos que certamente o satisfarão, quer no capítulo de política de defesa nacional quer no capítulo de política de juventude. De facto, nesses dois pontos se refere a questão do objector de consciência.

O Sr. Deputado falou ainda da paz e das preocupações que se lhe levantam perante a violência no mundo. Nessa matéria, devo dizê-lo, estamos perfeitamente à vontade. O Governo e os partidos que o compõem são defensores da paz, não de uma maneira unilateral, mas sob uma perspectiva de paz negociada. Somos, portanto, contra a violência em toda a parte em que ela se exerce. E estamos à vontade, porque somos contra a violência quer em El Salvador, quer no Chile, quer na Polónia, quer no Afeganistão.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

O Sr. António Murteira (PCP): — E no Alentejo?

O Sr. Gaspar Martins (PCP): — Quer no 1.º de Maio no Porto, não é, Sr. Primeiro-Ministro?

O Orador: — Em toda a parte, Srs. Deputados, e sem discriminações.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Vilhena de Carvalho, quero começar por agradecer as palavras de simpatia — e até de esperança — que teve para com o Governo.

Falou do estatuto de oposição, e eu também tive ocasião de o fazer na minha intervenção introdutória.

Falou no perigo de instrumentalização da Assembleia pela circunstância de haver neste momento uma grande maioria nesta Assembleia, mas reconhecerá certamente — como aliás foi aqui dito, até por alguns deputados da oposição, concretamente pelos Srs. Deputados Lopes Cardoso, Lucas Pires e até por si próprio — que o tom que foi utilizado, o nosso tom, que é o tom justo, é o de maior respeito pela Assembleia da República.

O Governo não pensa de forma alguma abusar da circunstância de ter uma grande maioria e pensa que, numa situação de emergência nacional, como é aquela que se vive, é indispensável o concurso de todos. Foi feito um apelo ao concurso de todos, sem discriminações. E, infelizmente, pelo menos pela parte de uma bancada, esse concurso já nos foi recusado de uma maneira clara.

Mas isso não nos impede de querermos manter e de querermos estabelecer com a Assembleia da República relações de tipo novo. E, diria mais, relações não só com os partidos da oposição, mas também com os partidos que apoiam o Governo, que têm que ter, obviamente, a sua autonomia própria, a sua independência e as suas formas de crítica ao Governo.

Aplausos do PS, do PSD, da ASDI e da UEDS.

Aliás, qualquer democrata pensará que a crítica, desde que feita de boa fé e com recta consciência, é sempre salutar. E a crítica é, com certeza, sempre mais útil para quem governa do que a lisonja ou o elogio.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nós, que já estivemos no Governo, que já estivemos na oposição e que agora voltamos a estar no Governo, no exercício da alternância democrática normal, apreciamos a crítica dos Srs. Deputados, quer daqueles que nos apoiam quer daqueles que se nos opõem.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

Fez-nos algumas perguntas concretas nessa matéria. Colocou um problema que foi também posto pela bancada comunista, em relação ao mecanismo das autorizações legislativas. Sinto que isso poderá ser um problema que preocupa esta Assembleia. Penso que não há razão para isso, pois não foi o Governo que decidiu acerca das férias desta Assembleia. Aliás, não se pode falar em férias antecipadas, visto que o período de férias deveria começar normalmente em 15 deste mês, e hoje estamos a 20. Foi prorrogado o prazo normal desta Assembleia até ao fim do mês. E, se é assim, e dada a necessidade de governar e de actuar rapidamente contra a crise, é óbvio que, estando a Assembleia em férias, o Governo não pode estar também em férias. Um Governo recém-constituído não entra em férias e, portanto, terá que governar pedindo, naturalmente, autorizações legislativas. De resto, as autorizações legislativas constituem uma praxe perfeitamente normal e perfeitamente democrática de governar.

E, para evitar qualquer susceptibilidade, eu tive o cuidado de salientar desde logo que a Assembleia, uma vez reaberta, está sempre a tempo de desencadear o mecanismo das ratificações.

Depois, o Sr. Deputado falou-me do voto de bolso. Penso que o problema do voto de bolso não pode verificar-se à luz da actual Constituição, pois é perfeitamente inconstitucional. Portanto, escuso de dizer-lhe que o Governo não utilizará, em caso algum, esse expediente do voto de bolso, que, como já referi, é inconstitucional.

Falando também dos requerimentos ao Governo, dos inquéritos parlamentares — problemas que eu próprio referi na minha intervenção — e, relativamente aos inquéritos parlamentares, dispenso-me de lembrar ao Sr. Deputado que a sua iniciativa pertence à Assembleia da República. O que posso dizer, em nome do Governo, é que, perante os pedidos do inquérito, e na medida em que o Governo possa e deva, rapidamente, fornecer os elementos necessários a tais inquéritos, o fará com a presteza que for possível.

Relativamente às perguntas ao Governo e à maneira como vão ser organizadas as perguntas ao Governo — eu próprio referi na minha intervenção que deveria haver um cuidado especial na metodologia dessas sessões de perguntas ao Governo —, penso que é um assunto que os líderes parlamentares podem discutir directamente com o Sr. Ministro para os Assuntos Parlamentares. A intenção do Governo é, obviamente, estar presente na Assembleia da Repú-

blica, discutir com a Assembleia da República e responder sempre que for julgado necessário às perguntas que nos forem feitas.

E, espontaneamente — como certamente o Sr. Deputado reconhecerá —, tive o cuidado de dizer a esta Assembleia que é intenção do Governo estabelecer o hábito corrente de os ministros irem às comissões parlamentares, onde pode e deve existir o trabalho mais útil de uma Assembleia que funciona em termos europeus, como desejamos.

Falou, também, do pendor centralista ou do perigo que havia num certo pendor centralista do Governo, para acentuar que era necessário insistir no projecto de regionalização, no projecto de descentralização, no reforço do poder local. Como o Sr. Deputado bem sabe, o Partido Socialista, na oposição, várias vezes insistiu sobre estas tópicas e sobre esta temática. Obviamente que, uma vez no Governo, será perfeitamente coerente com aquilo que sempre preconizou na oposição.

E, finalmente, aplaudiu a iniciativa tomada pelo Governo de sedear no Porto algumas secretarias de Estado. Vai ser difícil — sobretudo para algumas — transferir, totalmente os serviços, mas desde logo vão sediar-se no Porto 3 secretarias de Estado: a Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo, a Secretaria de Estado do Emprego e a Secretaria de Estado do Fomento Cooperativo. Como disse, estas 3 secretarias de Estado vão sediar-se no Porto e os respectivos serviços serão progressivamente transferidos.

Acho que isto é, efectivamente, um passo. Acho que isto dá satisfação a velhas reivindicações que vêm sendo feitas pelo Norte do País e a que nós, com muito gosto, prestamos assim homenagem.

Depois perguntou-me que condições pode o Governo oferecer aos senhores jornalistas.

Bem, eu diria que, de uma maneira geral, o Governo tem de oferecer as melhores condições possíveis para que os senhores jornalistas possam exercer a sua importante função.

Mas, se a sua pergunta diz respeito a condições de natureza material, aí respondo-lhe que isso é um problema de contratação colectiva, que deve ser discutido não ao nível do Governo, não aqui nesta Assembleia, mas no lugar próprio.

O Sr. Deputado da UEDS, César Oliveira, falou de um problema que é uma das grandes preocupações do Governo, ou seja, a luta contra a corrupção. E perguntou-me quais são os meios que o Governo tenta utilizar para, efectivamente, lutar contra a corrupção.

Gostaria de salientar que a luta contra a corrupção não é só uma tarefa que incumbe ao Governo. É uma tarefa que incumbe a esta Assembleia, é uma tarefa que incumbe aos tribunais, é uma tarefa que incumbe a todos os órgãos de soberania e aos Portugueses em geral. Isto quer dizer que, para lutarmos contra a corrupção, precisamos de nos mobilizar todos, quer dizer que todos os portugueses terão de entrar nessa luta. Mas, efectivamente, o Governo encara determinados meios, tais como os descritos no capítulo da reforma administrativa e no capítulo da justiça. Remeto o Sr. Deputado para esses dois capítulos do programa. Nesses capítulos vêm, desenvolvidamente referidos, alguns dos meios previstos, e deles salientarei apenas dois.

Por um lado, a instituição de uma Alta Autoridade para receber as queixas contra a corrupção e, de alguma maneira, para moralizar a situação existente. E, por outro, a despenalização dos denunciantes por crimes de corrupção, que será feita através de um diploma legislativo que o Governo tenciona elaborar.

São duas medidas que, naturalmente, vão ser ensaiadas. Todavia, num caso tão complexo como é o caso da corrupção, mais importante que atacar os efeitos é atacar as causas.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Isso é verdade.

O Orador: — E a circunstância de o nosso país estar na actual crise, bem como as dificuldades que se atravessam, podem, em muitos casos, explicar o alastrar da corrupção. Na medida em que se atacar a crise, na sua generalidade e globalidade, também se está, de algum modo, a atacar as causas directas da corrupção.

O deputado Hasse Ferreira falou-me da CEE e perguntou que horizontes havia relativamente à CEE. Dir-lhe-ei que, no estado actual das negociações com a CEE, é previsível que se possa contar com uma resolução positiva — e, portanto, com o fecho das negociações — durante o 1.º semestre de 1984, ou seja, durante a presidência da França. E, neste semestre, foi já feita uma enorme pressão, como, aliás, os Srs. Deputados devem estar informados. Ontem mesmo, em Estugarda, houve da parte dos alemães um desejo de acelerar o processo de adesão de Portugal e da Espanha. Tal não foi possível em virtude das dificuldades próprias da Comunidade Económica Europeia e dos problemas financeiros das comunidades — que são graves e que são públicos. Mas estou certo que o Governo português, bem como o Governo espanhol — embora os 2 processos sejam diferentes e tenham sempre que ser encarados com calendários e por forma diferente e diferenciada —, deverão exercer como que um *forcing* sobre a CEE e as instâncias comunitárias para que até 1984 haja, efectivamente, uma definição.

Falou-me depois, e fez-me uma pergunta relativa ao sector empresarial do Estado, para dizer que nem sempre esse sector é deficitário. Se ler o texto do Programa aqui apresentado, verá que nele isso está especificamente ressalvado. E é óbvio que, para além do sector financeiro, há grandes empresas públicas — como a Tabaqueira ou a Cimpor — que, como sabe, não são deficitárias.

Mas há outras que são efectivamente deficitárias, muito deficitárias mesmo, e que põem um problema muito sério à economia nacional.

Relativamente à pergunta que o Sr. Deputado fez sobre matéria de rendimentos e preços e sobre o problema da conjuntura e da maneira como a conjuntura e as medidas de conjuntura se vão necessariamente reflectir na política de rendimentos e preços, penso que será mais adequado que isso seja objecto de uma ampla intervenção por parte dos Srs. Ministros das Finanças e do Trabalho ainda no decurso da discussão do programa, visto que é um ponto essencial.

E, depois, perguntou-me por que é que se vai abrir — aliás, esta foi uma pergunta que surgiu noutras bancadas — a banca ao sector privado. E perguntou-me também por que é que se referem, especificamente, os adubos, os cimentos e os seguros.

O Sr. Deputado está a dizer-me que não foi ele quem fez esta pergunta. Nesse caso, foi uma pergunta que surgiu da parte do Sr. Deputado Tengarrinha, do MDP/CDE. De qualquer maneira, respondo desde já à pergunta concreta que me foi feita sobre se os mesmos controlos que existem para a banca nacionalizada vão ser aplicados, futuramente, à banca privada.

A resposta é, obviamente, sim. Nem podia deixar de ser de outra maneira!

Por que é que se encara a abertura da banca à iniciativa privada?

Risos do PCP.

Bem, a resposta foi já dada frequentes vezes. Eu próprio tive ocasião de, num debate público, apresentar um argumento a que me parece serem sensíveis todos os portugueses, e que é o seguinte: não se percebe por que razão, em Portugal, as empresas estrangeiras e os estrangeiros têm de ter mais regalias que aquelas que os próprios portugueses têm.

Ora bem, a meu ver, este é um argumento ... um argumento irresponsável.

E já que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas está de certo modo a interpelar-me, gostaria de lembrar-lhe que uma vez, num debate travado na televisão com o líder do seu partido, Dr. Álvaro Cunhal, fiz uma afirmação à qual ele não respondeu e a que ainda hoje gostaria de ouvir a resposta: por que é que no período do gonçalvismo se atacou tudo o que era grupos financeiros portugueses e capital português e se deixou intacto todo o capital estrangeiro?

Nunca percebi isto!

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

A verdade é que há a banca estrangeira a funcionar em Portugal e companhias de seguros estrangeiras a operar aqui em Portugal, etc.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, dá-me licença que o interrompa?

O Sr. Primeiro-Ministro: — Não, Sr. Deputado. No final.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Eu estive com o Governo, Sr. Primeiro-Ministro, e agora recordo também aqui uma coisa só para a Câmara ficar a saber: é que quando se falava ...

Protestos do PS, do PSD e da ASDI.

Não querem ouvir? Têm medo? Têm vergonha?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se isto continua, serei obrigado a suspender a sessão, pois o Sr. Deputado Carlos Carvalhas não tinha o direito de falar.

Faça o favor de continuar, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Efectivamente, o Sr. Deputado não tinha o direito da falar, já que me pediu — aliás muito cortesmente — autorização para

me interromper, tendo-lha eu negado. Pedi-lhe o favor de esperar pelo final, altura em que interviria, não no momento.

O Sr. Raul Rego (PS): — Eles têm os direitos todos!

O Sr. Primeiro-Ministro: — Se não ouviu a minha resposta, Sr. Deputado, está sanado o incidente; não vamos fazer disso um problema.

Gosto de dialogar e, como é óbvio, desejo dialogar com a oposição. Estou mesmo interessado nesse diálogo.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Agora era uma boa altura!

O Sr. Primeiro-Ministro: — Ainda relativamente às perguntas que o Sr. Deputado Hasse Ferreira me fez, gostaria de dizer, em relação à questão de saber em que medida será aplicada a Lei das Finanças Locais, que não houve ainda tempo para fazer nessa matéria, como calculará, uma definição. Mas há um facto que é evidente e que o Sr. Deputado conhece e que condiciona o Governo: trata-se das limitações do próprio Orçamento Geral do Estado, com as quais temos que trabalhar — é, como se sabe, o nosso instrumento de trabalho até ao fim do ano em curso.

O Sr. Deputado Lopes Cardoso saudou aquilo a que chamou um tom novo. Companheiro que fui e que sou desde há longos anos do Sr. Deputado Lopes Cardoso nas lutas pela democracia, na luta contra o fascismo e contra as ditaduras, em Portugal e no exílio, obviamente que não é de estranhar que o Deputado Lopes Cardoso reconheça no Governo esse tom e o respeito absoluto deste Governo, a que tenho a honra de presidir, pelas regras normais da democracia.

Não podia ser de outra maneira.

E aproveito desde já para dar uma resposta ao final da intervenção do Sr. Deputado Tengarrinha. Terminou este Sr. Deputado a sua intervenção deixando no ar uma pergunta — pergunta que o seu partido, aliás, já tinha feito —, e que é esta: será que vamos ter autoridade e reforço de autoridade ou autoritarismo?

Como o Sr. Deputado Tengarrinha muito bem sabe, comigo, e enquanto eu estiver à frente de um Governo português, não haverá nem poderá haver autoritarismo.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

O Sr. Deputado Tengarrinha terá de reconhecer que sempre me bati — como ele próprio, aliás —, e em condições muito difíceis, pela liberdade e pela defesa e respeito dos direitos do homem para que pudesse agora, uma vez no Governo, enveredar por práticas de tipo autoritário que em absoluto repudio.

Falou também o Sr. Deputado Lopes Cardoso no respeito pela independência dos órgãos de comunicação social estatizados. E a respeito disso fez uma referência que julgo que será baseada num *qui pro quo* acerca do Conselho da Comunicação Social, dizendo que compete a esta Assembleia da República eleger este Conselho da Comunicação Social, não tendo, portanto, o Governo que propiciar as condições para essa eleição.

Ora, não é a esse aspecto que o Governo se refere. O Governo tem que regular a forma de funcionamento daquele Conselho da Comunicação Social através de um decreto regulamentar.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Então não há lei, como é que o Governo vai regular?

O Sr. Primeiro-Ministro: — Terá, pelo menos, Sr. Deputado, que criar as condições para ele funcionar.

Se a Assembleia quiser ser ela, Assembleia, a usar dos seus poderes — que são soberanos, pois é o Governo que depende da Assembleia e não esta do Governo —, isso será claro para nós. Mas evidentemente que o Governo terá de propiciar condições pelo menos para o funcionamento do Conselho da Comunicação Social. Como terá também de criar condições para manter o prestígio e o bom funcionamento nos trabalhos desta Assembleia, quanto mais não seja de tipo material. É nesse sentido que nos declaramos dispostos a fazê-lo, pois consideramos este órgão — para o qual, aliás, poderosamente contribuímos — merecedor da maior das importâncias.

Perguntou-me ainda o Sr. Deputado Lopes Cardoso quais os limites do interesse público em matéria de comunicação social.

E respondo-lhe: são aqueles que são definidos pela lei e só esses. Não podem ser outros! O critério não será obviamente o do Governo, mas sim o da lei.

Perguntou-me depois, relativamente à situação deficitária das empresas de comunicação social, se se reconhecia a função social dessas mesmas empresas.

Obviamente que se reconhece essa função social. O Governo tem, contudo, de acentuar que os apoios que deverão ser dados não poderão ser discriminatórios, como diz a própria Constituição. E nesse sentido o Governo está também limitado em relação a esses apoios.

E finalmente falou-me na extinção da ANOP, perguntando como é que se vai resolver o problema da ANOP e da Notícias de Portugal.

O Governo tem a intenção de, antes de mais nada, estabelecer um diálogo com os interessados. Tem a intenção de, rapidamente, e uma vez instalado, estudar esse complicado dossier, apresentando em devido tempo uma resolução que considere justa e em tempo rápido.

O deputado Tengarrinha fez-me bastantes perguntas. Algumas delas, porém, foram feitas tão rapidamente que tive dificuldade em as anotar. De qualquer maneira, todas as perguntas serão respondidas, quer agora, quer no decurso do debate. Contudo, responderei com certeza à maior parte.

Gostaria de começar por sublinhar com agrado a afirmação que o Sr. Deputado Tengarrinha salientou de que nas suas perguntas, não parte de preconceitos ideológicos, colocando-se, sim, numa posição objectiva. Efectivamente, ainda que algumas das perguntas tivessem surgido num contexto que lhes é obviamente subjacente e que é muito subjectivo, tenho de reconhecer — e faço-o com agrado, como disse — que me fez perguntas perfeitamente objectivas, dispensando-se de considerandos de tipo partidário. Penso que essa foi uma boa contribuição para este debate.

Pôs-me o Sr. Deputado questões relativas à política externa, perguntando-me, por exemplo, o que havia sobre a instalação de armas nucleares e sobre o trânsito de armas nucleares, e no território nacional.

Responderei que, tanto quanto o Governo sabe, nada! É uma resposta clara e completamente fechada. Nada!

Falou-me depois da independência da Namíbia, perguntando qual a posição do Governo relativamente à independência daquele país.

Bem, naturalmente que a posição do Governo é aquela que tem vindo a ser maioritariamente seguida pela Organização das Nações Unidas. Continuaremos a tomar a posição que temos tomado sempre nas Nações Unidas.

Relativamente às acções desestabilizadoras para que chamou a atenção, e que, segundo disse, serão tomadas contra os Governos de Angola, de Moçambique e outros, dir-lhe-ei que o Governo não consentirá que Portugal seja um santuário de onde se opere, tentando a desestabilização de países com os quais temos relações diplomáticas e de fraternidade e cooperação que queremos cada vez mais estreitas, no respeito absoluto das suas independências e sem tentativas de intervir nos negócios internos desses dois países, como nos cumpre.

Fez-me uma pergunta relativa à CEE e outra em relação à ANOP, às quais já respondi.

Remeto para a p. 67 do Programa.

Perguntou-me depois o Sr. Deputado se o Governo teria já tomado alguma decisão quanto ao presidente da Radiotelevisão Portuguesa.

Muito concretamente, Sr. Deputado, não.

Perguntou-me ainda acerca do relançamento do crédito e se o Governo iria contrariar as atribuições de crédito para efeitos especulativos.

Dir-lhe-ei também que não.

Fez também o Sr. Deputado perguntas sobre a questão dos rendimentos e preços. Quanto a isto, já remeti o deputado Hasse Ferreira para uma intervenção de fundo que irá ser feita sobre essa matéria.

Relativamente às empresas públicas, pôs-me um problema que considero um pouco estranho, pois aqui, sim, há um certo preconceito ideológico — desculpará que o diga. Foi a questão de saber se a circunstância de se abrirem certos sectores, como a banca, as cimenteiras e os seguros, à iniciativa privada não irá pôr em causa o princípio constitucional da subordinação do poder económico ao poder político.

Dir-lhe-ei, Sr. Deputado, que não. A maior parte das democracias ocidentais, que são o nosso paradigma, têm banca privada, têm cimenteiras privadas, não se concluindo daí que o poder económico não esteja, nesses países, subordinado ao poder político.

Fez-me também uma pergunta sobre a produção agrícola e se a adesão à CEE era compatível com a defesa das pequenas explorações agrícolas e do minifúndio.

Remeto-o, Sr. Deputado, para as pp. 126 e 127 do Programa, onde está dada uma resposta concreta à essa sua pergunta.

Pergunta-me ainda se se deveriam punir as formas de economia clandestina.

Naturalmente, Sr. Deputado, dir-lhe-ei que sim. E também o remeto para a parte do Programa em que se fala da repressão aos delitos antieconómicos.

Relativamente ao comércio externo, pôs-me a questão da subfacturação e da sobrefacturação, técnicas conhecidas, que obviamente preocupam o Governo.

Há uma referência muito clara e explícita a estes aspectos no Programa do Governo, mas a única maneira — e aqui digo o mesmo que disse em relação à corrupção — de ultrapassar estas situações ilícitas

não é tanto a repressão, mas o restabelecimento da confiança dos agentes económicos. E este aspecto do restabelecimento da confiança dos agentes económicos é a grande preocupação do Governo, tendo mesmo sido um dos temas centrais do discurso introdutório que aqui fiz.

Perguntou-me se vamos apenas utilizar empresas públicas para o comércio externo. Dir-lhe-ei, obviamente, que não e perguntar-lhe-ei: porquê?

Relativamente ao regulamento dos centros de saúde — é outras das suas perguntas —, responder-lhe-ei que será feito com o estabelecimento dos cuidados primários de saúde.

Quanto à criação do departamento dos assuntos farmacêuticos, responder-lhe-ei que será criado.

Relativamente à pergunta que fez se, com a criação do Conselho Nacional de Educação — que é um Conselho onde estarão representados pais, alunos, personalidades diversas de autoridade pedagógica, espiritual, moral, etc. —, vai haver exclusão da participação e da intervenção de sindicatos de professores. Responder-lhe-ei, também e claramente, não exclui.

Perguntou-me se vai ser alterada a lei da greve, respondendo-lhe: não! Quando se diz «restringir os piquetes», faz-se uma interpretação da lei da greve para garantir o direito à greve e o direito ao trabalho ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... que são 2 direitos correlativos.

Aplausos do PS e do PSD.

Perguntou-me também se, nos termos do direito europeu, vão ser aceites os despedimentos sem justa causa. Responder-lhe-ei que não, visto que eles são excluídos pela própria letra da Constituição.

Disse-me depois que todos os Governos têm tentado implantar o diálogo social e daí concluiu que é muito difícil a sua implementação. Dir-lhe-ei que é difícil, mas que é necessária, dir-lhe-ei que o País quer a concertação, quer o diálogo, não quer a violência, não quer a agressão e que está farto da agressão verbal e da violência. O país quer que os problemas se resolvam, como é natural em democracia, através do diálogo e da concertação e que esse é o melhor método que até hoje se inventou para resolver os problemas e os conflitos nas sociedades industriais modernas. Não há outro método para além dos métodos de tipo autoritário, como, aliás, o Sr. Deputado muito bem sabe ... mas esses nós não queremos.

Perguntou-me como é que vai ser implantado esse diálogo social, respondendo-lhe: de várias maneiras e, entre elas, através da criação e da institucionalização do Conselho Económico e Social.

Depois entrou no problema da autoridade e colocou a tal questão do autoritarismo, a que eu já respondi.

O Sr. Deputado Lucas Pires ... não me fez propriamente grandes perguntas, fez-me comentários ao seu jeito tão aliciante, que é um jeito muito seu, muito peculiar, que aprecio, mas parece que o povo português e o eleitorado aprecia menos.

Aplausos e risos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

O Sr. Deputado Lucas Pires — com muita simpatia — congratulou-se com os aspectos positivos do meu

discurso, pergunto-me com quem é que eu aprendia... bem, modestamente, algumas coisas tenho aprendido, como é óbvio, consigo ...

Risos do PS e do PSD.

... mas dir-lhe-ei que o tempo é um grande mestre da vida e que um homem político — basta ver, por exemplo, o que se passou com os grandes políticos ingleses do século XIX — não se faz em 2 dias, nem em 2 anos, que um homem político se faz com experiência, com reflexão, com estudo ...

Risos do PS.

Uma voz do PSD: — Boa piada!

O Orador: — ... e é óbvio, Sr. Deputado, que estou satisfeito com a circunstância de, com a sua simpatia e amabilidade, ter reconhecido e estar convencido que eu, desde 1976-1978 até agora, aprendi alguma coisa. Seria, aliás, completamente destituído se isso não tivesse acontecido. Sou hoje, naturalmente, um homem diferente ... porque mais maduro, porque mais experiente; no entanto, sou um homem com os mesmos princípios.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nisso o Sr. Deputado Lucas Pires tem de reconhecer que eu sempre tenho tido os mesmos princípios e que, no essencial e em todas as circunstâncias, serei talvez dos poucos políticos portugueses que, desde 1974 para cá, falei sempre a mesma linguagem.

Aplausos do PS.

Nisso tenho um certo orgulho!

Mas como o Sr. Deputado Lucas Pires quis aludir à circunstância — fazendo-o, diria, de uma forma não tão simpática como habitualmente e já pela segunda vez — de eu ter feito uma evolução política, aludindo a uma coisa que eu próprio reconheço num livro que publiquei no exílio em 1972, ou seja, que na minha juventude fui comunista e que o deixei de ser em ... 1949, quando comecei a seguir os processos dos países de leste e quando percebi que o comunismo era incompatível com a liberdade, devo dizer-lhe o seguinte: fiz essa evolução estando na pior das situações para o fazer, ou seja, na oposição ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e que não fui favorável aos comunistas quando eles tinham força em 1975, fui sim favorável aos comunistas na altura da guerra de 1942, 1943 e 1945, quando eles estavam a sofrer o impacto do nazismo e quando eles eram perseguidos em Portugal ... fui, aliás, preso por isso. Portanto, esta evolução, que eu reconheço e da qual me não envergonho (antes pelo contrário), é uma evolução que não me leva, ao contrário do que o Sr. Deputado insinuou, nem para a direita, nem para nenhum extremo; leva-me para o lugar onde sempre estive, mesmo quando julgava que era comunista; leva-me para o socialismo.

Socialismo que, para mim, não existe sem liberdade e sem respeito pelos direitos do homem. E por isso que sou socialista, democrata, e não sou comunista.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

Falou-me depois das medidas desagradáveis e diz que não sabe quais elas são. Bem, fiquei satisfeito porque se o Sr. Deputado Lucas Pires acha que muitas das medidas de austeridade que propomos, ao longo de todo o Programa, não são desagradáveis lá terá as suas razões. Eu classifico-as «necessárias embora desagradáveis» visto que as medidas restritivas são sempre desagradáveis quando são os mais carecidos, os mais desprotegidos, aqueles que sempre têm de sofrer, infelizmente, a maior talhada. O Governo está atento a essas dificuldades, o Governo confia na justiça social, o Governo tem sempre uma palavra para aqueles que são os mais pobres e os mais desprotegidos visto que, em relação aos 2 partidos que formam esta coligação, esses são o nosso eleitorado natural.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quando há outros partidos, como, por exemplo, o Partido Comunista que fala sempre em nome dos trabalhadores — ainda há pouco o Sr. Deputado Carlos Carvalhas dizia «o partido dos trabalhadores, o partido da classe operária» ...

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — E diz bem!

O Orador — ... bem, é possível que o Sr. Jaruzelski na Polónia diga que, com a mesma lógica, representa o partido dos trabalhadores ...

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

... mas, na verdade, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que os trabalhadores têm voto e que os trabalhadores têm voz e se há, pelo menos, 5 milhões (ou mais) de trabalhadores em Portugal, se os votos do Partido Comunista não chegam a 1 milhão, os outros partidos, que recebem o voto e a confiança de milhões de trabalhadores, também têm direito de se reclamar, como é óbvio, dos trabalhadores.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

Depois o Sr. Deputado Lucas Pires falou-me das «100 medidas» e falou-me, também, da «Carta aos Empresários» — que parece ter causado (isto não vinha aqui a propósito visto ser uma questão do passado, que um homem tão jovem como o Sr. Deputado não deve naturalmente estar sempre a frisar ... mas enfim) alguns engulhos — a esse propósito, devo dizer-lhe, que foi uma carta correcta e que recebeu muita publicidade (estou grato à publicidade que certos industriais, ou representantes de industriais, deram indirecta e involuntariamente a essa carta). As «100 medidas» constam do programa tal como constam medidas do programa eleitoral do PSD, visto ter havido o cuidado de englobar as medidas dos 2 partidos e de sermos fiéis a essas mensagens eleitorais, estando, por isso, disseminadas, quer umas, quer outras, no texto do Programa.

Falou, ainda, de um ponto que é sensível e que, por isso, gostaria que dele não tivesse falado, mas já que falou acho que o devemos abordar. Disse que, pela primeira vez, a «desvalorização está na praça pública» ... Bem, tenho alguma memória, dir-lhe-ei que, infelizmente para o País, não é a primeira vez que isso acontece, mas, se isso aconteceu, se está na praça pública, é porque alguém aí a pôs e não foi, com certeza, o Governo, nem os partidos do Governo que o fizeram.

Penso que, relativamente aos problemas que têm que ver com o interesse nacional e com a defesa da nossa moeda, tem que haver o sentido nacional da descrição e já agora aproveito para dizer-lhe que nunca referi, durante a campanha eleitoral, que o escudo ia ser desvalorizado; o que disse foi que, nas circunstâncias da vida económica portuguesa, poderia chegar-se a uma posição de inevitabilidade se não fossem tomadas atempadamente determinadas medidas ... o que é completamente diferente de fazer, como alguns jornais — e não só — fizeram, especulação acerca desse facto.

Depois disse que o Governo levou 2 meses a negociar e que o Governo está no poder há 12 dias e que, portanto, já devia ter um programa perfeitamente quantificado. Penso que aí o Sr. Deputado Lucas Pires se deixou arrastar um pouco pelo seu entusiasmo juvenil ...

Risos do PS e do PSD.

... visto que exige para os outros alguma coisa que, quando era membro do Governo, a si próprio não exigiu. Como sabe, o Governo, antes de passar o programa nesta Assembleia, é um Governo de gestão e tem as limitações decorrentes de um Governo de gestão e só depois de passar na Assembleia é que o Governo passará a governar em plenitude.

Depois pronunciou-se no sentido de que a UGT está a puxar o tapete ao Governo. Devo dizer-lhe — talvez o Sr. Deputado Lucas Pires não conheça bem o relacionamento que um partido deve ter com uma organização sindical e o relacionamento que um Governo deve ter com o partido e com uma organização sindical — que as organizações e confederações sindicais são independentes — devem ser —, livres e autónomas dos partidos, dos Governos e das confissões religiosas. Sempre o dissemos, sempre difundimos essa teoria e, por isso, não se pode defender (o Governo seria a última entidade a esperá-lo) que um Governo espere a docilidade das centrais sindicais, visto que elas existem para reivindicar e defender os interesses dos trabalhadores (devem-no fazer), enquanto o Governo se coloca noutra posição, visto ter de defender o interesse colectivo.

Como é que se harmoniza esta aparente contradição? Harmoniza-se através da concertação colectiva, da concertação tripartida — centrais sindicais, associações patronais e Governo — e é normal que cada um destes 3 pólos possa ser totalmente independente e totalmente livre de criticar os outros para que a concertação possa funcionar em termos democráticos e europeus.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, dispõe de 3 minutos.

O Orador: — Bem, se disponho de 3 minutos terei de abordar alguns pontos muito claros.

Falou do voto de confiança, falou de autorização legislativa (já respondi), falou dos acordos dos gestores entre o PS e o PSD.

Acerca deste último ponto devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que não há acordos, aproveito para referir que dei-me ao trabalho de folhear —não sei se o Sr. Deputado como Ministro que acaba de sair das suas funções já o fez — os últimos *Diários da República* e verifiquei que parecem uma lista telefónica com nomeações.

Aplausos do PS.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Pergunte por isso ao PSD!

O Orador: — É um membro do Governo que me vem falar desse problema?

Disse que o Ministro dos Negócios Estrangeiros foi a correr a Bona e estranhou que isso acontecesse. Deixe-me dizer-lhe que é normal que o Ministro dos Negócios Estrangeiros tenha ido à CEE. Não foi para ler o comunicado final; foi para ter entrevistas (que foram marcadas daqui antecipadamente) com o Ministro Dietrich Genscher, que vai sair agora da Presidência da CEE (é importante, para fazer o actual ponto das negociações, ter essa conversa), com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha (que ali se encontra) e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia (que vai ser, como sabe, o país que vai presidir).

Teria de falar agora um pouco em relação ao Partido Comunista; gostaria, para isso, que o Sr. Presidente me desse mais uns minutos, para não deixar sem resposta as suas perguntas. Não sabia que estava limitado pelo tempo ...

O Sr. Presidente: — É regimental, Sr. Primeiro-Ministro, mas se a Assembleia estiver de acordo terá o tempo que entender como necessário.

Vozes do PCP: — Ouvi-lo falar é um prazer! Estamos deleitados!

O Orador: — Vou, então, ser muito rápido.

De facto, contrastando um pouco com o esforço de objectividade que teve o Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas deixou-se imbuir por um certo subjectivismo (que é conhecido) e por uma certa paixão, enfim, clubística.

Começou por fazer algumas referências, que são sempre desagradáveis num debate como este na medida em que teve o cuidado de referir nomes, lembrando campanhas que se fizeram contra certas pessoas, lembrou — como não podia deixar de ser — o meu camarada e amigo Maldonado Gonelha ... Nós lembramos do tempo em que em todas as paredes de Portugal foi posto o nome de Maldonado Gonelha sem nenhum prejuízo efectivo para ele e com algum prejuízo para aqueles que escreveram nas paredes.

Aplausos do PS e do PSD.

Protestos do PCP.

Mas há um ponto que o Sr. Deputado frisou e ao qual gostaria de me referir — aliás o meu amigo deputado José Luís Nunes já, de alguma maneira, respondeu a esse ponto — ou seja, o Sr. Deputado diz que há uma maioria derrotada e que há uma maioria vitoriosa e «mete-se» abusivamente na maioria vitoriosa.

Risos do PS.

Digo-lhe sinceramente, Sr. Deputado, que se retire dessa maioria porque está a mais.

Aplausos do PS e do PSD.

Vozes do PSD: — Não aprendem!

O Orador: — Na verdade, como o Sr. Deputado José Luís Nunes salientou, desde o início da campanha eleitoral que o Partido Socialista disse que não eram possíveis alianças com o Partido Comunista, porque são duas filosofias completamente antagónicas e porque são dois projectos de sociedade que se excluem, visto que um é o da liberdade e o outro não o é. Nós atribuímos ao Partido Comunista grandes responsabilidades pela desestabilização que existe em Portugal desde 1974—1975, nós atribuímos ao Partido Comunista a responsabilidade naquilo que chamámos a «perversão da revolução socialista em Portugal» e, por isso, é óbvio que não podia haver qualquer aliança entre o Partido Socialista e o Partido Comunista. Explicámo-lo centenas de vezes... e foi isso, creia o Sr. Deputado Carlos Carvalhas, foi a circunstância de o povo português e o eleitorado saber que não havia qualquer perigo ao votar no Partido Socialista de se fazer, em caso algum, alianças com o Partido Comunista que nós tivemos uma vitória eleitoral.

Aplausos do PS e do PSD.

Aliás, em que situação é que o Partido Comunista ficaria se, depois de ter dito aquilo que disse do Partido Socialista, depois de ter feito acusações — coisas que nem Maomet disse do toucinho — ...

Risos do PS e do PSD.

..., a seguir às eleições, depois de nos ter injuriado, de ter feito a campanha a dizer que era gravíssimo votar no Partido Socialista, com total impudor, vem reivindicar a vitória, manda para as ruas carros do Partido Comunista para se juntarem a eleitores socialistas que estavam na rua para dizer: «Cá estamos na unidade da esquerda», como se não nos tivessem injuriado e como se não nos tivessem dito nada. Com que cara é que os senhores agora se apresentariam ao eleitorado? Penso que com a mesma que têm, se fizessem uma aliança com os socialistas.

Aplausos e risos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

É completamente abusivo dizer isso.

Nós não referimos — porque não temos nenhum triunfalismo nem tivemos nenhum triunfalismo nisso — que o Partido Socialista teve uma vitória

eleitoral. Não foi uma vitória eleitoral estrondosa, mas foi uma vitória eleitoral importante.

Pois bem, mas o PSD também teve uma vitória eleitoral. E os senhores têm que reconhecer que o PSD nunca teve uma votação tão grande como a desta vez. Isso representa uma vitória eleitoral incontestada.

Aplausos do PS, do PSD, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Ainda o Mota Pinto a dizer isso, está bem! ...

O Orador: — Portanto, os senhores confundem um Governo de centro direita com um Governo de centro esquerda. Confundem esses dois Governos. Bem, estão no vosso direito; nós compreendemos muito bem que isso lhes faça jeito, mas, meu caro deputado Sr. Carvalhas, devo dizer-lhe que isso é uma tese que não convence ninguém.

Depois disse que estão sentadas na bancada do Governo pessoas que são responsáveis pela crise. Dir-lhe-ei que não. E, com perfeita tranquilidade de espírito e completa convicção, dir-lhe-ei que aí, na bancada onde se encontra, é que estão efectivamente sentadas pessoas que têm a maior responsabilidade na desestabilização social e política deste país.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI e protestos do PCP.

Finalmente, o Sr. Deputado fala do tecto salarial. Dir-lhe-ei, de passagem, que diz no Programa que será revogado o decreto do tecto salarial.

E o mais importante de tudo, e esta é a penúltima das anotações que tenho — as outras dizem respeito à banca, etc., às quais, aliás, já respondi — é a sua recusa, que julgo que é feita em nome do seu partido, ao apelo que dirigi, de boa fé, a todos os portugueses para, de uma trégua social e política, marcharmos para uma política de solidariedade nacional.

Lamento sinceramente que o Partido Comunista, que é obviamente um partido necessário à democracia — aliás, todos os partidos são necessários à democracia — se exclua, dessa maneira, daquilo que é o funcionamento normal de uma democracia moderna. Lamento isso, porque tal mostra um enquistamento, um passadismo, um certo tipo de mentalidade de facto retrógrada e que ficou nos anos 30, que é uma fatalidade que aconteça logo no Partido Comunista Português. E é também uma fatalidade para Portugal.

Aplausos do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

Dir-lhe-ei, para terminar, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que, quando fala de ameaças à liberdade da parte de um Governo por mim presidido, isso é perfeitamente risível, porque as pessoas que compõem o Governo são conhecidas por sempre terem defendido, em todas as circunstâncias, e sabido respeitar a liberdade.

Protestos do PCP.

E se é certo que os Srs. Deputados comunistas, muitos deles — não direi todos, mas muitos deles — durante o fascismo, lutaram pela liberdade, a verdade

é que, depois de conquistada a liberdade em Portugal, se comportaram, à semelhança do que se comportam noutras países, no sentido de quererem retirar a liberdade a todos aqueles que não partilham das vossas convicções.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Isso não o autoriza moralmente, nem confere autoridade para me falar na defesa das liberdades. Desculpará mas não confere.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Olhe para o seu Governo!

O Orador: — Finalmente, Sr. Deputado, há um outro ponto extremamente importante: falou da subordinação ao estrangeiro. Não haverá da parte do Governo nenhuma subordinação ao estrangeiro; haverá relações, como viu, com todos os países, haverá a participação consciente numa aliança, que é a Aliança Atlântica, na qual nós nos inserimos conscientemente, e haverá a necessidade, porventura, de podermos recorrer a instâncias internacionais de crédito.

Fez-me essa pergunta concreta e eu, como disse ao seu líder Alvaro Cunhal quando da passagem do I para o II Governo Constitucional e em que se discutia precisamente um problema relativamente semelhante, embora muito menos grave do que aquele que hoje o País está a sentir, respondo-lhe com outra pergunta: tem outra alternativa, a fim de nos encontrar os créditos necessários para fazermos face às obrigações do Estado Português e defender o Estado Português? Há outra alternativa? Se os senhores forem capazes de discutir não com tropos demagógicos, mas discutir seriamente e nos indicar essas alternativas, dir-lhe-ei que as vamos, com certeza, estudar e considerar.

Aplausos de pé, do PS, do PSD, da UEDS e da ASDI.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Para fazer um protesto em relação a declarações do Sr. Primeiro-Ministro, declarações essas extremamente ofensivas para a minha bancada.

Vozes do PSD: — Oh! ...

O Sr. Presidente: — Peço a atenção da Câmara.

O Orador: — Devo dizer-lhe, Sr. Presidente, que há precedentes na história da Assembleia da República e até precedentes de que o Partido Socialista foi beneficiário.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, foi decidido, como sabe, pelos grupos parlamentares que neste período de discussão do Programa do Governo não haveria pedidos de protesto.

A única hipótese que teria era a de se considerar ofendido a pedir a palavra por esse facto. Como não

foi essa a norma regimental que invocou, penso que o Sr. Deputado não se considerou ofendido e queria simplesmente fazer um protesto à Câmara, o que não pode ser concedido.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, certamente, como notou, quando há pouco pedi a palavra para fazer um protesto, argui a favor desse meu pedido a circunstância de considerar que o Sr. Primeiro-Ministro tinha dirigido palavras extremamente ofensivas para a minha bancada. Logo, trata-se de uma questão de ofensa para com a minha bancada e até pessoal, visto que o Sr. Primeiro-Ministro usou termos que se me podem aplicar pessoalmente.

Risos do PS, do PSD e do CDS.

Por isso, agradeço a sugestão que foi feita pelo Sr. Presidente e aceito usar da palavra para minha defesa e da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Para defesa da sua honra, que se sente atingida, o Sr. Deputado tem o direito a usar da palavra e é o único juiz.

Dou-lhe, portanto, a palavra para esse efeito. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Não estamos aborrecidos pelo facto de o Sr. Primeiro-Ministro se ter prevalecido do tempo que a Câmara lhe concedeu, além do tempo regimental de que dispunha, para nos desferir um ataque em termos tais que raramente se terá verificado na Assembleia da República da parte de um membro do Governo e menos ainda da parte de um Primeiro-Ministro. É grave este facto.

Mas nós não estamos arrependidos pela concessão que da nossa parte foi dada para que o Sr. Primeiro-Ministro usasse da palavra nestas circunstâncias, porque creio que tudo ficou mais claro. Assim ficámos todos mais demarcados uns dos outros. Isso é bom. A situação política portuguesa precisa de clarificação!

Na verdade, o Sr. Primeiro-Ministro tem falado muito de consenso e de diálogo. Vê-se que o Sr. Primeiro-Ministro tem dificuldade em dialogar com quem está em desacordo consigo ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ..., com quem está em desacordo com o Governo ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... e, assim, para o Sr. Primeiro-Ministro quem não está com o Governo não é patriota, quem não está com o Governo, para o Sr. Primeiro-Ministro, é destabilizador.

O Sr. Primeiro-Ministro que, quando foi Primeiro-Ministro em 1976, apelou para o meu partido para consigo fazer passar as propostas de lei do Orçamento Geral do Estado e do Plano — quando estava ameaçado por uma moção de desconfiança por parte das bancadas da direita — vem agora dizer que nós temos graves responsabilidades na desestabilização da situa-

ção portuguesa. E então esses convites para a unidade, para o diálogo, para o apoio ao Governo? Bem, Sr. Primeiro-Ministro, não há moralidade nisso, não há ética nessa sua postura.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas, se isso pretende ser uma intimidação, se isso é já o processo que se inicia contra os comunistas portugueses da parte de um socialista — e houve socialistas na história da Europa recente que fizeram processos contra os comunistas —, nós dizemos: Sr. Dr. Mário Soares, Sr. Primeiro-Ministro, não nos intimidámos no passado com a ditadura fascista, também não nos intimidamos com as ameaças de Mário Soares.

Aplausos do PCP e protestos do PS.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — É para interpelar a Mesa?

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Não, Sr. Presidente. Pedi a palavra para dar um esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Luís Nunes não tem o direito de usar da palavra para dar um esclarecimento à Câmara. Peço-lhe muita desculpa, mas não o pode fazer.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder, se assim o desejar.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgava que teria havido porventura algum lapso nas minhas palavras e que houvesse alguma injúria pessoal, como foi invocada pelo Sr. Deputado Carlos Brito. Não houve nenhuma, visto que não foi capaz de a referir. Houve, sim, apreciações políticas que são efectivamente duras, mas que não têm paralelo com aquelas de que o Governo e eu próprio somos alvos por parte do partido de V. Ex.^a

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De qualquer maneira, não poderia haver, nem haverá jamais, intenção ou ânimo de injuriar, nesta Câmara ou fora dela, seja quem for. Isso não podia acontecer em caso nenhum. Muito menos, Sr. Deputado Carlos Brito, houve qualquer intenção de o ameaçar. Eu, que conheço o seu passado, que, como o Sr. Carlos Brito sabe muito bem, acompanhei a sua vida — mesmo a sua vida na cadeia —, presto-lhe a justiça elementar, como a muitos dos seus camaradas, de saber que tal não acontece, os senhores não se deixam intimidar, nem eu pretendi intimidá-los. Faço-lhes essa justiça.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, deu entrada na Mesa u.m requerimento assinado por um deputado de cada partido, do seguinte teor:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 196.º do Regimento da Assembleia da República, os deputados abaixo

assinados requerem que o debate do Programa do Governo, cuja apresentação acaba de ser feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, tenha o seu início na próxima quarta-feira, dia 22, a partir das 15 horas.

(Seguem-se as assinaturas.)

O Sr. Presidente: — De acordo com este requerimento, convoco uma reunião da Assembleia da República para o próximo dia 22, quarta-feira, com início às 15 horas e encerramento às 20 horas. Quanto à distribuição dos tempos, os Srs. Deputados conhecem-na. Informarei ainda que deverá ser utilizado 25 % dos tempos por cada grupo parlamentar.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão.

Eram 21 horas.

Os REDACTORES: Maria Amélia Martins — Noémia Malheiro.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Agostinho de Jesus Domingues.
Almerindo da Silva Marques.
António Gonçalves Janeiro.
Carlos Alberto R. Santana Maia.
Joaquim José Catanho de Menezes.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Torres Couto.
Fernando José Alves Figueiredo.
Fernando José da Costa.
Fernando José Roque Correia Afonso.
João Maurício Fernandes Salgueiro.
João Pedro de Barros.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Santos Pereira Costa.
José de Almeida Cesário.
José Silva Domingos.
José Vargas Bulcão.
Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
Luís António Martins.
Manuel António Araújo dos Santos.
Manuel Maria Moreira.
Mário Martins Adegas.
Pedro Miguel Santana Lopes.
Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.
José Augusto Gama.
António Manuel C. Ferreira Vitorino.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Alberto Rodrigues Ferreira Gamboa.
Bento Elísio de Azevedo.
Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes.
Eurico José P. Carvalho Figueiredo.
Jorge Manuel Guimarães Quinta.
José de Almeida Valente.
José Joaquim Pita Guerreiro.
Manuel Sousa Ramos.
Amândio S. C. Domingues Basto Oliveira.
António Joaquim Bastos Marques Mendes.
António Maria de Ornelas Ourique Mendes.
António Roleira Marinho.

César Augusto Vila Franca.
Fernando dos Reis Condesso.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
Jorge Nélio P. Ferraz Mendonça.
José Luís de Figueiredo Lopes.
Manuel Ferreira.
Mariana Santos Calhau Perdigão.
Raul Gomes dos Santos.
Virgílio Higino Gonçalves Pereira.
António José de Almeida Silva Graça.
Jaime dos Santos Serra.

José Rodrigues Vitoriano.
Lino Carvalho de Lima.
Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
Hernâni Torres Moutinho.
João Lopes Porto.
Joaquim Rocha dos Santos.
José António de Moraes Sarmento Moniz.
José Girão Pereira.
José Vieira de Carvalho.
Luís Eduardo da Silva Barbosa.
Nuno Krus Abecasis.

PREÇO DESTE NÚMERO 64\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA